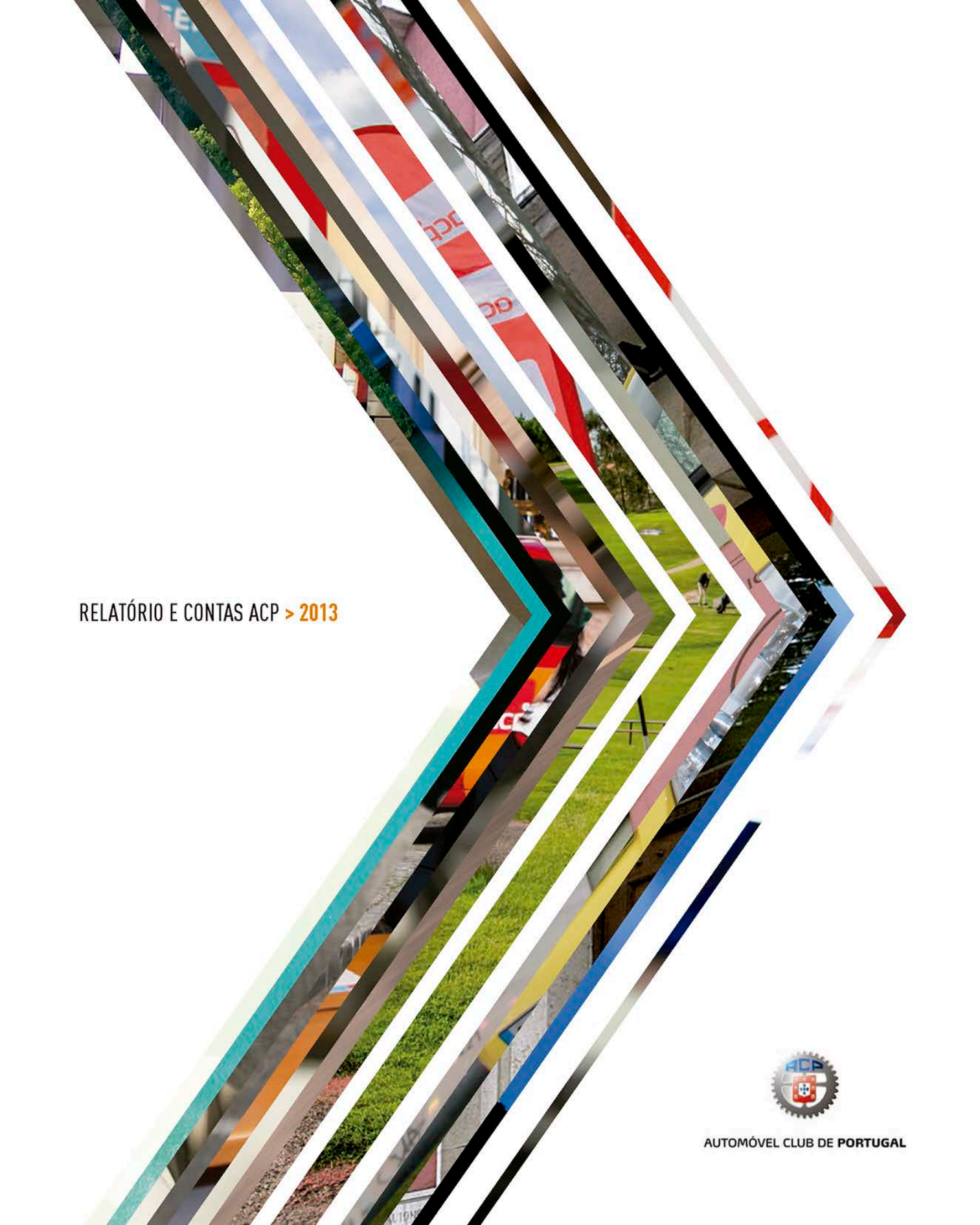


RELATÓRIO E CONTAS ACP > 2013

AUTOMÓVEL CLUB DE **PORTUGAL**

AUTOMOVEL CLUB
SERVIÇO EXCL
CARRO Nº 30

ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS	4
CONVOCATÓRIA DA ASSEMBLEIA GERAL	7
MENSAGEM DO PRESIDENTE DA DIREÇÃO	9
RELATÓRIO DE GESTÃO	10
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	25
CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS INDIVIDUAIS	63
PARECER DA COMISSÃO REVISORA DE CONTAS	64
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	65
CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS	105

ÓRGÃOS SOCIAIS

DIREÇÃO

PRESIDENTE
Carlos Alpoim Vieira Barbosa

VICE-PRESIDENTE
Miguel António Igrejas Horta e Costa

VOGAIS
João Manuel de Melo Franco
Maria Margarida Amado Pinto Correia Represas
Domingos Caetano Ramos Piedade
João Nuno Pereira Dias de Magalhães
Adalberto Manuel da Fonseca Neiva de Oliveira

ASSEMBLEIA-GERAL

Miguel Gouveia Rebocho Esperança Pina
Francisco Dias Cortez Ferreira
Mário Manuel Tovar Martins da Silva

COMISSÃO REVISORA DE CONTAS

Manuel Alfredo da Cunha José de Mello
António Maria Silva Ferreira Nunes
Frederico Carvalhosa Mendes de Almeida
Alice Eugénia Bettencourt Rodrigues Reis
Vasco Guedes Corrêa Mendes

ASSISTÊNCIA
acp
AUTOMÓVEL CLUB DE PORTUGAL
953
707
acp
ARC Europe
1016
AUTOMÓVEL CLUB

acp
AUTOMÓVEL CLUB DE PORTUGAL
acp

AUTOMÓVEL CLUB DE **PORTUGAL**
INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

Assembleia Geral Ordinária
Convocatória

Nos termos dos artigos 27.º e 33.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral Ordinária do Automóvel Club de Portugal para reunir na sua sede, na Rua Rosa Araújo, 24, em Lisboa, pelas 9:00 horas do dia 21 de Abril de 2014, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciar e votar o relatório de gestão, as contas do exercício e o relatório e parecer da Comissão Revisora de Contas referentes ao ano de 2013 nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 27.º dos Estatutos. Apreciar e votar ainda o relatório consolidado de gestão, as contas consolidadas e demais documentos de prestação de contas consolidadas do Automóvel Club de Portugal e o relatório e parecer da Comissão Revisora de Contas referentes ao ano de 2013.

2. Deliberar sobre uma proposta da Direção no sentido de serem introduzidas alterações aos artigos 10.º e 11.º dos Estatutos.

Nos termos do n.º 3 do artigo 33.º dos Estatutos, caso, na data e hora previstas nesta Convocatória, não esteja presente metade dos Associados, fica desde já convocada a Assembleia Geral para reunir às 9:30 horas, em segunda convocação, podendo deliberar com qualquer número de Associados.

Nos termos do n.º 4 do artigo 33.º dos Estatutos, os documentos referidos no Ponto 1 e a proposta a que alude o Ponto 2, ambos da Ordem de Trabalhos, podem ser consultados pelos Associados no site do ACP (www.acp.pt), na sede do Automóvel Club de Portugal ou nas suas delegações e secções regionais, dez dias antes da Assembleia Geral.

Lisboa, 31 de Janeiro de 2014.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

(Miguel de Gouveia Rebocho Esperança Pina)

ACP
EL CLUB DE PORTUGAL

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Conhecer de perto cada um dos nossos sócios e aquilo que mais valorizam é fundamental para o Automóvel Club de Portugal.

Ser o maior clube nacional num contexto económico adverso, exige esforço, empenho e dedicação em doses muitos acrescidas. Não esmorecemos nem baixamos os braços perante resultados animadores. Pelo contrário.

Estamos em permanente busca pelos melhores serviços para os sócios em todas as áreas. O ano corrente não foi exceção.

Após uma contração significativa nas viagens em 2012, o ano corrente fechou com liquidez demonstrando que a solução seguida foi eficaz para os interesses dos associados.

Alterámos o modelo de negócio nos seguros, reduzindo a participação na Villas-Boas ACP e reforçando a presença no ACP Mediação de Seguros com o objetivo de vitaminar a posição acionista do clube neste segmento.

A sede do Automóvel Club de Portugal voltou a dispor de um espaço de restaurante, devolvendo assim aos sócios uma oferta emblemática.

Na segurança rodoviária, a aposta central focou-se na educação rodoviária dos mais novos, através do ACP Kids. O programa, que conta com a colaboração ativa do Ministério da Educação, alargou-se às escolas de todo o País com grande recetividade dos professores e dos alunos.

O WRC Vodafone Rally de Portugal é incontornável e a grande aposta do clube no desporto automóvel. O retorno económico para o País em 2013 – mais de 100 milhões de euros – reforçam o papel do ACP enquanto promotor do maior evento desportivo e turístico de Portugal.

Do desporto à segurança rodoviária, da Assistência aos descontos, da documentação às escolas procurámos elevar os níveis de satisfação dos nossos associados. Ser uma referência nacional e além fronteiras de trabalho, credibilidade e do associativismo é a nossa melhor recompensa.

CARLOS BARBOSA

O CLUBE

Sócios: o nosso maior valor

O Automóvel Club de Portugal é o maior clube nacional e a adesão de novos sócios tem conhecido um crescimento sólido e sustentado ao longo dos últimos anos. No ano corrente, foram angariados 34.757 novos sócios, mais 6,1% face ao período homólogo. O lançamento da modalidade sócio empresa trouxe para o clube 795 novos associados.

Entraram 34757 novos sócios para o ACP em 2013

Delegações

O clube está representado em todo o continente e regiões autónomas através de 25 delegações, registando-se no ano corrente a abertura da delegação dos Açores. A faturação total das delegações cifrou-se nos 5 milhões de euros.

Revista

A Revista é o meio privilegiado de comunicação com os sócios. Foram editados oito números, entre os quais duas revistas de clássicos, com uma circulação média de 180.000 exemplares. O ano corrente produziu em paralelo uma edição da revista online como alternativa e complemento ao papel, alargando a base de leitores.

Site

Teve um crescimento de 13% face ao período homólogo: 1.175.736 visitas e 4.837.542 visitas às páginas do site ACP.
O site também foi responsável pela angariação de 5.720 sócios (mais 53% que no ano passado).

Newsletter ACP

O envio das últimas novidades do clube aos sócios via email foi intensificado no domínio das viagens, vantagens para sócios, clássicos, golfe, entre outros.

Publicidade

Entrada na publicidade em televisão, a par das campanhas na rádio, com enfoque nas campanhas de "maior desconto de combustível em Portugal", "médico em casa por 10€", "cartão saúde ACP por 36€/ano", rede de farmácias parceiras ACP, usados ACP e seguros ACP, entre outros.

Ao serviço dos sócios

Documentação

Crescimento superior a 14% face ao ano anterior com os seguintes indicadores de performance: 28.509 Cartas de Condução, 16.758 Licenças Internacionais de Condução, 10.455 Consultas médicas, 185 Documentação Aduaneira e Internacional (IMP e CPD) e 196 Documentos marítimos, resultando num total de 56.103 documentos geridos.

Escolas de Condução

Verificou-se um aumento de 10% nos alunos inscritos. Aos 699 novos alunos foram ministradas 16.708 lições teóricas e 25.203 aulas práticas de condução. Inscreveram-se também para reciclagem prática da condução automóvel 101 condutores.
As escolas estiveram presentes em ações relacionadas com a segurança rodoviária dirigidas a jovens, nomeadamente em Coimbra, no Porto e em Setúbal.
A escola de Lisboa recebeu em outubro uma delegação da Associação de Escolas de Condução da Hungria, que veio estudar o funcionamento de todo

o sistema de formação de condutores em Portugal e da Escola de Condução do ACP como caso de estudo de boas práticas.

Centros de Exame

Os Centros de Exame mantiveram o bom desempenho, face à conjuntura económica atual, tendo efetuado durante o ano de 2013 um total de 42.456 exames - 20.000 teóricos (cerca de 6.500 em Lisboa e cerca de 13.500 no Porto) e 23.000 práticos (cerca de 8.000 em Lisboa e cerca de 15.000 no Porto). A registar adicionalmente, 317 exames de autopropositura, por pessoas que deixaram caducar a carta de condução.

Os Centros de Exame ACP apresentam como grande vantagem a possibilidade de marcar/reservar os exames para determinado dia e hora, num prazo máximo de seis dias indo de encontro às necessidades das escolas de condução.

Além dos exames de condução, a sua área de ação, os Centros de Exame prestam apoio e informações aos sócios, destacando-se sobretudo na emissão de Licenças Internacionais de Condução.

Apoio Jurídico

O Departamento Jurídico do ACP presta um serviço diário gratuito de consultas aos sócios sobre questões relacionadas com o automóvel e moto. Em 2013 foram efetuadas cerca de 3.500 consultas jurídicas.

No ano em revista o ACP entregou aos deputados da Assembleia da República um parecer jurídico que considerava inconstitucional o agravamento do IUC (Imposto Único de Circulação) em exclusivo dos veículos a gasóleo proposto no Orçamento do Estado (OE) para 2014, pelo facto de se tratar de uma discriminação sem qualquer justificação, sendo, portanto, inconstitucional por violação do princípio da igualdade.

Em curso continua a investigação criminal resultante de uma participação criminal que o ACP apresentou contra os responsáveis governamentais que tiveram poder decisório na celebração e renegociação dos contratos de concessão das Scuts, as quais causaram prejuízos de milhões de euros ao Estado e aos automobilistas em particular.

A maior rede de descontos do País tem seis mil parceiros

UM MUNDO DE VANTAGENS

Ser o maior clube português implica estar constantemente à procura de mais e melhores condições para os sócios.

Parceiros ACP

A rede de parceiros ACP é a maior a nível nacional, em quantidade e qualidade como na transversalidade das áreas abrangidas - combustíveis, saúde, alimentação, formação, hotelaria, cultura e lazer entre outras: seis mil parceiros atualizados e em pleno de atividade.

Combustível

O maior desconto de combustível está no ACP, atestado pelos 78 milhões de litros consumidos pelos sócios em 2013. O desconto oscila entre um mínimo de 6 cents/litro a um máximo de 21 cents/litro.

SAÚDE - Múltiplas ofertas, inúmeras vantagens:

Médico em casa

Conheceu um crescimento de 10%, traduzido em cerca de 15 mil assistências ao domicílio.

ACP Saúde Prime

Apresentou um crescimento de 106% face a 2012, tendo atingido os 21 mil cartões. A partir de março, os preços das consultas de especialidade, baixaram para 30€.

Saúde Oral

O número de cartões solicitados pelos sócios atingiu um crescimento de 158%.

ACP Autos

Num ano pautado por uma conjuntura marcadamente adversa, com reflexo muito significativo na redução do volume de negócios da área automóvel, o **ACP Usados 5 Estrelas** consolidou a sua posição no mercado de automóveis usados e ainda abriu um novo stand de ACP Usados 5 Estrelas no centro do Porto, na Rua Serpa Pinto. O stand integra ainda uma oficina que, em parceria com o ACP, prepara as viaturas para venda.

O serviço **ACP Usados Sócio para Sócio**, ajudou muitos sócios a venderem as suas viaturas e outros a adquiri-las, viaturas estas que, regidas por um criterioso regulamento, oferecem segurança tanto a quem compra, como a quem vende, sobre a veracidade da viatura atestada pela Certificação Técnica Automóvel ACP/DEKRA,

ACP Auto crédito cresceu cerca de 32% de montante financiado, ajudando assim os sócios ACP a adquirirem novos automóveis a condições mais vantajosas,

apesar da grande recessão económica e financeira que se fez sentir durante o ano.

Loja ACP

Conheceu um aumento de vendas na ordem dos 32%, atingindo vendas líquidas totais no montante de 451.595€. A estratégia foi alavancada nas categorias Auto, Moto, Prevenção, Segurança e Desporto Automóvel.

ACP Master

Mantendo os objetivos traçados em 2012 de fidelizar e captar novos sócios para o clube, o cartão de crédito ACP Master, atingiu no final do ano, os 5 mil cartões com uma taxa de atividade de 70%, pese embora a forte compressão de crédito que o setor bancário está a dar aos particulares.

Assistência no Lar

Recebidos 5.100 pedidos de assistência, representando um aumento de cerca de 11%. Este serviço disponibilizado pelo ACP aos seus associados, resolve todo o tipo de problemas no lar, recorrendo para esse fim, a uma rede de técnicos especializados nas mais diversas áreas, 24 horas /dia, a preços convencionados, com deslocações e orçamentos gratuitos.

Eventos

O ano corrente foi repleto de eventos nas mais diversas áreas do clube: Júnior, Jovem, Mulher, Clássicos, Golfe, Caravanismo, TT, Autos, Moto e Motorsport, através de passeios, rallies, provas de regularidade, torneios, workshops, feiras temáticas, festivais de verão, entre outros.

Ainda mais próximo dos sócios

Um clube da dimensão do ACP agrega sócios com interesses diversos. A resposta passa pelas afinidades:

ACP Júnior

No ano corrente entraram mais 15.943 crianças e jovens para o clube, ficando assim o ACP Júnior com um total de 57.233 sócios.
E porque os sócios dos 0 aos 17 anos têm necessidades muito diferentes, foram lançados três tipos de cartões de sócio: 0-9 anos // 10-13 anos // 14-17 anos (este último permite aos sócios com moto usufruírem do desconto em combustível de 6 a 9 cts./lt. na rede aderente BP).

ACP Jovem

Os festivais de música de verão do ACP tiveram um forte crescimento e adesão por parte dos sócios, fruto dos descontos face ao preço de venda ao público e parque de estacionamento exclusivo nos festivais SuperBock SuperRock, Meo Sudoeste e Vodafone Paredes de Coura.

ACP Mulher

Encerrou o ano com 59.528 sócias (mais 3% que em 2012), o que se traduz em 31% de penetração no número de sócios do clube, maiores de 18 anos.

ACP Golfe

Aumento de 15% face ao ano anterior: dos 145 novos membros, cerca de 30% foram também novos sócios ACP, num total de 851 membros efetivos.
Organizados 26 torneios, incluindo os Campeonatos do Clube nas modalidades strokeplay e stableford e a 4ª Edição do Troféu Nacional ACP.

Campismo e Auto caravanismo

Emitidas 164 cartas de campismo iniciais, 653 revalidações e 275 cartas de campismo internacionais. Além da representação do ACP nos órgãos sociais da Federação de Campismo, somou-se a representação na Comissão para o Auto caravanismo.

Portugal teve um retorno económico superior a 100 milhões de euros com o Rally de Portugal

Passeios Todo-o-Terreno

Realizado um passeio a Marrocos em fevereiro e dois passeios em território nacional, um em maio e outro em setembro em que a média de participação foi de 90 pessoas.

ACP Clássicos

Terminou o ano com 3.949 sócios ativos contando com 13.074 viaturas entre automóveis e motos na categoria de clássicos e futuros clássicos propriedade de membros, tendo angariado 413 novos sócios.
Organizados 10 passeios, a destacar o passeio dos Ingleses, da Primavera, do Outono, Vinhos do Tejo, Motor Clássico para além do passeio muito disputado das Motos Clássicas e as provas desportivas Rally Portugal Histórico, 500 milhas ACP e Rally ACP Clássicos.
Emitidos 458 novos certificados de viaturas de interesse histórico, elevando para 3.100 o número de viaturas certificadas pelo ACP.

Segurança Rodoviária

Um dos principais pilares do clube é contribuir para a diminuição da sinistralidade rodoviária, através de programas educativos e campanhas de sensibilização.

No ano corrente, depois de lançada com sucesso a experiência piloto "ACP Kids", o programa de educação rodoviária destinado a crianças entre os 4 e os 9 anos alargou-se às escolas de todo o País. Esta foi a grande aposta do clube, por entendermos que é junto dos mais novos que as boas práticas devem ser alicerçadas.

Também junto dos jovens mantivemos o "ACP Student Drive Camp", onde 40 alunos do ensino secundário escolhidos pelos seus trabalhos sobre segurança rodoviária estiveram uma semana em Setúbal em atividades relacionadas com esta temática.
O clube, juntamente com outras entidades, lançou a "Capital Jovem da Segurança Rodoviária", que decorreu em Coimbra com programas e campanhas dirigidas à população em geral alertando para a necessidade de comportamentos seguros na estrada.
Pela primeira vez, as rádios nacionais foram sensíveis a esta temática, cedendo ao ACP espaços publicitários de sensibilização para campanhas dirigidas aos automobilistas no Natal e Fim de Ano.

ACP MOTORSPORT

Desporto Automóvel

Trave mestra do ACP, garante da visibilidade do desporto motorizado além-fronteiras.

Organizador das principais provas de desporto motorizado em Portugal, o ACP Motorsport teve o seu ponto alto no ano de 2013, na organização de mais um **WRC Vodafone Rally de Portugal**. A edição deste ano, não só voltou a inovar no formato e a captar mais foco mediático, como foi responsável por um novo recorde de retorno económico para o nosso País: mais de 100 milhões de euros, sendo que mais de metade foi em despesa direta (hotelaria, restauração, entre outras áreas).

O maior evento desportivo nacional realizado anualmente desde o Euro 2004 é inquestionavelmente o **WRC Vodafone Rally de Portugal**.

Realizaram-se ainda as duas provas de regularidade histórica com a chancela do clube: **500 milhas ACP e Rally Portugal Histórico**.

No Todo-o-Terreno, o clube voltou a organizar a **Baja Portalegre 500**, prova da Taça do Mundo FIA TT de automóveis e Taça do Mundo Bajas FIM em Motos com um total de 288 participantes, bem como, as já tradicionais **24 horas TT Vila de Fronteira** que este ano contaram com cerca de 100 concorrentes e 40.000 espetadores.

O ACP na sociedade – Relações Institucionais

O clube integrou os seguintes organismos:

Presidência do Conselho Geral da Prevenção Rodoviária Portuguesa;

Membro da direção e sócio fundador do CIMPAS;

Vice-presidente do Conselho Geral da EMEL;

Membro do Conselho Fiscal do Centro de Arbitragem do Sector Automóvel;

Presidência do Conselho Fiscal da Associação Portuguesa do Veículo Elétrico;

Membro do Conselho Consultivo do Instituto das Estradas de Portugal;

Membro do Conselho Geral da Empresa Pública Municipal de Estacionamento de Sintra;

Membro da Direção do Museu dos Transportes e Comunicações.

O Clube no mundo – Relações Internacionais

No âmbito da suas funções como Vice-Presidente da Mobilidade, o Presidente do ACP, Carlos Barbosa, participou em todas as reuniões do World Council for Automobile Mobility and Tourism, Management Council e Euroboard.

Gabriela Barreto, foi designada pela Federação Internacional do Automóvel (FIA), na Assembleia Geral FIA de 7 de dezembro de 2012, membro do Comité de Ética da FIA.

Como representante da FIA junto da Comissão Europeia, o presidente do ACP esteve, também, presente em todas as reuniões do World Council for Motorsport e acompanhou as reuniões FIA de todo-o-terreno e WRC.

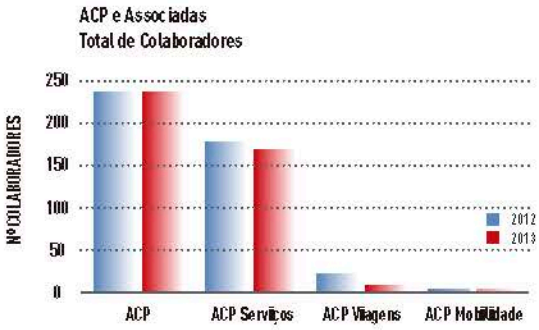
No âmbito do desporto automóvel a FIA, durante a sua Assembleia Geral de 2013, elegeu Carlos Barbosa como Presidente da Comissão do WRC, órgão máximo do Campeonato do Mundo de Ralis.

O ACP manteve, ao longo de 2013, a sua presença nos seguintes Grupos de Trabalho do FIA European Bureau: Transport & Mobility WG, Legal & Consumer WG, Tecnhical WG e Eurotest. Mário Martins da Silva manteve as suas funções de Chairman no Advisory Board do ARC garantindo uma vez mais a presença do ACP no Business Standing Committee.

Durante 2013, o ACP continuou a candidatar-se aos fundos disponibilizados pela FIA para todos os clubes que pretendessem concorrer com campanhas de Segurança Rodoviária. O Programa Student's Drive Camp, destinado a jovens dos 14 aos 17 anos foi um dos eleitos, tendo decorrido entre 15 e 20 de julho.

Recursos Humanos – o nosso primeiro ativo

A excelência do serviço prestado aos sócios tem como rosto os funcionários do clube. No ano corrente a aposta na formação, competência técnica e na produtividade dos seus colaboradores foi uma constante.



Serviços Gerais e Aprovisionamento

Setor que inclui áreas de serviço e de atuação diversificadas e abrangentes, sendo de destacar as relacionadas com a segurança das instalações e do pessoal e a responsabilidade social e ambiental do clube.
No ano corrente, procederam-se no edifício da sede a obras de beneficiação dos espaços, à remodelação total do espaço de Bar com a abertura com serviço de Restaurante para sócios do ACP e do refeitório dos colaboradores. Também nas instalações do Prior Velho se efetuaram obras de remodelação do edifício.

Informática
Otimização dos servidores do clube com reforço dos sistemas de segurança. Auditoria dos equipamentos de impressão com vista à sua reestruturação. Reforço da central telefónica e implementação do novo plano de contingência, devido ao encerramento do atendimento na Prelada.

Situação Económica e Financeira

Os resultados de 2013 foram ligeiramente inferiores aos verificados em 2012, resultado de uma redução nos apoios estatais concedidos ao Rally de Portugal e numa redução do volume de negócios. A melhoria do saldo de ganhos e perdas imputados de subsidiárias e associadas compensou parcialmente esta redução. Ao contrário de 2012, em que ocorreram diversos movimentos de caráter extraordinário, mas cujo efeito global foi praticamente nulo, em 2013 o resultado positivo apresentado deve-se à atividade operacional do ACP e aos ganhos relativos às participações sociais. A operação de alienação de uma parte da participação na Villas Boas ACP, Lda; e de aquisição de uma participação maioritária no ACP Seguros não influenciaram os resultados do ACP. O volume de negócios desceu cerca de 2,4%, em particular devido à diminuição dos rendimentos decorrentes das quotas dos associados, à diminuição de rendimentos associados a protocolos com parceiros e à redução nos rendimentos de publicidade.

	2013	2012
Volume de Negócios	22 869 424	23 425 889
Subsídios à Exploração	827 326	1 398 103
Ganhos/perdas empresas associadas	1 697 448	509 718
Variação de imparidades/provisões	-56 857	497 822
EBITDA	1 150 348	1 476 725
Margem EBITDA	5,0%	6,3%
EBIT	37 502	328 429
Resultado antes de Impostos	134 291	460 824
Resultado Líquido	128 096	436 869

Unidade: Euros

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços de documentação automóvel observaram um crescimento no ano.

O EBITDA (Earnings Before Interest Taxes Depreciation and Amortization) apresentado, embora tendo diminuído, encontra-se dentro dos níveis considerados suficientes para o ACP prosseguir a sua modernização e a aposta em novos e melhores serviços a disponibilizar aos seus associados.

Situação Económica e Financeira Consolidada

O facto de em 2013 a empresa ACP Seguros passar a integrar o perímetro de consolidação (pelo método integral) do ACP levou a que alguns dos principais indicadores apresentassem um crescimento face a 2012.
Os resultados antes de impostos (incluindo interesses minoritários) são muito semelhantes aos de 2012, contudo os impostos sobre lucros cresceram cerca de 300 mil euros, aumento parcialmente explicado também pela inclusão do ACP Seguros no perímetro de consolidação.
Tal como no caso das contas individuais, a performance do grupo foi semelhante à do ano anterior, sendo igualmente de salientar a redução dos subsídios atribuídos pelo Estado ao Rally de Portugal que não permitiram que o desempenho do ACP fosse superior.

	2013	2012
Volume de Negócios	30 052 633	29 538 271
Subsídios à Exploração	827 326	1 398 103
Ganhos/perdas empresas associadas	410 433	468 760
Variação de imparidades/provisões	167 412	271 870
EBITDA	1 981 499	1 942 921
Margem EBITDA	6,6%	6,6%
EBIT	587 815	529 207
Resultado antes de Impostos	713 380	690 885
Resultado Líquido Consolidado	180 994	451 994
Resultado Líquido Consolidado s/ int. min.	89 146	451 994

Unidade: Euros

Estrutura e Investimentos Financeiros Consolidados

A estrutura financeira do ACP não variou significativamente em 2013, tendo a autonomia financeira descido ligeiramente de 50,5% para 49,4%. A estrutura do endividamento manteve-se praticamente inalterada.
Tal como se previa, a performance das empresas participadas pelo ACP melhorou em 2013, sendo de destacar a melhoria dos resultados da empresa ACP Serviços de Assistência, Lda. e a apresentação de resultados positivos por parte da ACP Viagens, Lda., facto que já não acontecia há alguns anos.

Empresas Associadas ACP-Serviços de Assistência, Lda.

O ACP Serviços de Assistência (ASA) apresentou em 2013 um volume de negócios de 10.494 milhares de euros, ligeiramente acima de 2012, e obteve um resultado líquido de 916.474 euros, representando um aumento considerável face ao ano de 2012. No entanto, um dos grandes fatores responsável por este resultado está relacionado com a anulação de provisões.

1. Assistência

A Assistência aos sócios ACP mantém-se como a área mais importante do ASA, seguida pela assistência às marcas automóveis, onde é líder de mercado, e, em terceiro lugar, os serviços de patrulhamento. Destaca-se igualmente, este ano, a nova área dos Serviços Rápidos nas nossas instalações do Prior Velho e da Prelada, que alcançou um volume de vendas próximo dos 100 mil euros. O número total de assistências prestadas pelo ACP Serviços de Assistência foi de 72 916, dos quais 54% com meios próprios.

Alguns indicadores do serviço de Assistência prestada aos Sócios ACP	
Número de assistências prestadas	43.792 assistências
Taxa de desempanagem	54%
Taxa de reclamação	0,34%

A estrutura interna da frota e dos operacionais sofreu muito poucas alterações comparativamente com 2012. A frota de assistência é constituída por 41 veículos de desempanagem e 25 viaturas de pronto-socorro e é operacionalizada por 68 mecânicos, motoristas e funcionários da equipa técnica de apoio.

2. Patrulhamento

A área de patrulhamento é constituída por duas equipas exclusivas para a Vialitoral e a Lusoponte, representando um total de 46 colaboradores. Os meios materiais disponíveis são igualmente exclusivos e representam 11 veículos de intervenção.

Números chave 2013 – Patrulhamento	
Número de quilómetros percorridos a nível das Pontes 25 de Abril e Vasco da Gama	547.879 Km
Número de quilómetros percorridos na Vialitoral	564.167 Km

3. Novas áreas de atividade

- Formação

A Empresa obteve a certificação da sua área de formação pela DGERT, tendo ministrado já em 2013, várias ações de formação externa. A oferta formativa incide, numa primeira fase, nas áreas de Técnicas de Resgate, Reboque e Transporte de Veículos, Procedimentos de Segurança e Resgate de Veículos Híbridos e Elétricos, Desenvolvimento Pessoal, Gestão de Equipas, Gestão de Conflitos, Formação Básica para a Emergência e Primeiros Socorros.

- Serviços Rápidos

A nível dos Serviços Rápidos para sócios ACP, foram efetuados 668 serviços nas nossas instalações em Lisboa e no Porto (Prior Velho e Prelada), tendo-se verificado uma adesão cada vez mais forte dos sócios a este novo serviço.

Abertura dos Serviços Rápidos na Prelada e no Prior Velho

4. Factos relevantes

- Coordenação

Salienta-se um facto marcante na área de coordenação dos meios, funcionando 24 horas por dia, com a concentração de toda a atividade do mesmo a partir de um único centro, no Prior Velho, permitindo sinergias relevantes e uma redução dos custos de estrutura.

- Sistema de informação/IT

Destaca-se a implementação do novo sistema de gestão dos serviços através de tablet, bem como o desenvolvimento da nova aplicação de assistência do ASA que irá entrar em vigor em 2014.

ACP MOBILIDADE – SOCIEDADE DE SEGUROS DE ASSISTÊNCIA, S.A.

A produção do ACP Mobilidade, Sociedade de Seguros de Assistência atingiu 1.058.231 euros, representando um aumento de perto de 5% comparativamente com o ano anterior.

A taxa de sinistralidade situou-se nos 63%, bastante acima da taxa de sinistralidade do ano anterior que rondava os 50%. Este aumento pode ser explicado pelo aumento da circulação rodoviária. O rácio das despesas gerais do ACP Mobilidade continuou a baixar situando-se em cerca de 18% do volume de prémios, resultado das alterações efetuadas na organização da empresa em 2012. Os gastos administrativos caíram 24% de 2012 para 2013, tendo caído 32% em 2 anos.

O resultado líquido da empresa foi de 943.927 euros. Devido ao aumento da sinistralidade, o resultado técnico situou-se em 218.409 euros, menos 27% comparativamente com 2012, no entanto, em linha com o esperado.

Tendo concluído a reestruturação do ACP Viagens, a componente não técnica teve este ano resultados muito positivos, tendo ambas as empresas

participadas apresentado resultados positivos. Importa destacar, pelo contributo nos resultados do ACP Mobilidade, a participação no ACP Serviços de Assistência, Lda., a qual contribuiu com cerca de 850 mil euros para o resultado antes de impostos do ACP Mobilidade.

ACP – Mediação de Seguros, S.A.

Em 2013 a produção do Ramo Automóvel em Portugal sofreu um decréscimo de 5,8% em relação a 2012, ano em que a diminuição dos prémios totais do mercado já tinha sido superior a 5%. A forte concorrência entre seguradoras tem contribuído para a continuada descida do prémio médio no ramo Automóvel, que representa mais de 70% das receitas.
A taxa de retenção das apólices em carteira tem sofrido uma ligeira redução, consequência direta do clima de crise económica em que vivemos e que obriga os particulares a procurarem a todo o momento soluções mais económicas. Também ao nível das cobranças se tem sentido maiores dificuldades.
Foram captados cerca de 4.800 novos clientes e vendidas mais de 10.000 novas apólices de seguro. Manteve-se a aposta na comercialização de produtos inovadores e exclusivos para os sócios do ACP.
Em 2013 manteve-se a tendência de aumento de vendas através do canal telefónico, o que levou o ACP Seguros

a reforçar a equipa de atendimento por este canal como aliás já tinha acontecido no ano anterior. Em maio/2013 foram concluídas as obras de remodelação das instalações onde funciona o Contact Center com o aumento de número de postos de cinco para 15, permitindo uma maior capacidade de resposta aos sócios do ACP.
Manteve-se uma forte aposta ao nível da formação dos recursos humanos da empresa.

ACP- Viagens e Turismo, Lda.

Atividades
Iniciámos 2013 com menos 75% de pessoal como resultado duma grande restruturação do quadro de efetivos para fazer face ao desequilíbrio económico-financeiro da agência, à crise económica e à consequente diminuição do mercado de viagens. Foi considerada a quebra do poder de compra dos consumidores em 2013 fruto do efeito fiscal do sentimento de incerteza e de insegurança que se instalou no mercado tendo sido tomadas as seguintes medidas:

Produtos
Terminámos com o departamento interno de Viagens exclusivas ACP internacionais, passamos a adquirir estas mesmas viagens a outros operadores que concentrando viajantes de várias agências conseguem viabilizar estas viagens, que sendo menos exclusivas implicam uma quebra significativa de margem, mas realizam-se.
Mantivemos todos os outros produtos embora concentrados em menos operadores e mantivemos a operação do recetivo do rally de Portugal, em que temos um exclusivo para Portugal, dado o ACP ser o organizador do rally.

Divulgação
Houve uma maior utilização e desenvolvimento do site, lançamento de uma newsletter todas as terças feiras com oportunidades especiais a preços muito convidativos que permitem conquistar nova clientela mais ligada a este método de contacto, melhores preços pois tratam-se de oportunidades especiais apenas válidas por 15 dias (venda antecipada) e permite renovar a imagem do ACP Viagens e comunicar duma maneira simples que o ACP Viagens tem todo o tipo de viagens para todas as pessoas a um preço muito concorrencial.

VILLAS-BOAS ACP CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS, SA

O volume de negócios de Villas Boas ACP, SA ascendeu a 6.695 mil euros, representando um crescimento face a 2012 de cerca de quase 12%. Apesar da contração que o mercado segurador não vida sofreu em 2013 de cerca de 3,43%, conseguimos fortalecer a nossa posição no mercado nacional da corretagem de seguros. A forte dinâmica comercial incutida em todas as equipas e o rigoroso controlo de custos, revelaram-se determinantes na obtenção dos resultados atrás descritos, tendo sido atingidos todos os objetivos pré-determinados.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em 2013, o ACP – Automóvel Club de Portugal apresentou um resultado líquido de 128.096,04 euros.
A Direção propõe que os resultados líquidos tenham a seguinte aplicação:

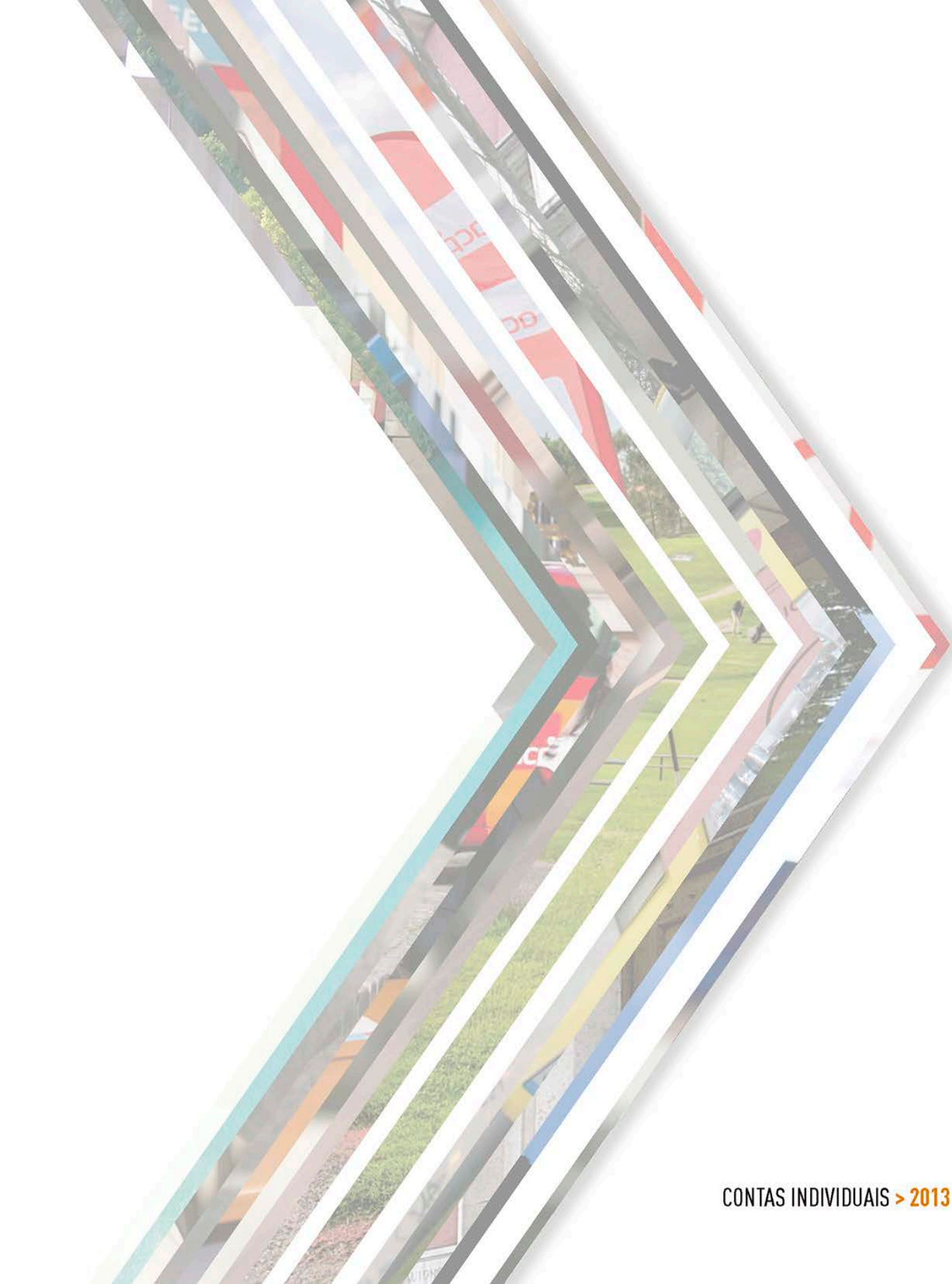
- Fundo Social: - 1.569.352,42 euros
- Ajustamentos em ativos financeiros (de partes de capital em filiais e associadas): + 1.697.448,46 euros

AGRADECIMENTOS

A Direção agradece a todos os sócios que através de carta, telefone ou email manifestaram o seu interesse pelas diversas áreas de atividade do clube, contribuindo de forma ativa para a intervenção do ACP em áreas tão importantes como a segurança rodoviária e a defesa dos interesses dos automobilistas.
Agradecemos ainda aos membros da Assembleia Geral e da Comissão Revisora de Contas, cuja assistência foi valiosa no acompanhamento das decisões tomadas pelo clube e, sobretudo, aos funcionários do ACP e Associadas pelo seu empenho e dedicação.

Lisboa, 18 de Março de 2014

A Direção
Presidente
Carlos Alpoim Vieira Barbosa
Vice-Presidente
Miguel António Igrejas Horta e Costa
Vogais
João Manuel de Melo Franco
Maria Margarida Amado Pinto Correia Represas
Domingos Caetano Ramos Piedade
João Nuno Pereira Dias de Magalhães
Adalberto Manuel da Fonseca Neiva de Oliveira



CONTAS INDIVIDUAIS > 2013

Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (Unidade: Euros)

Rubricas	Notas	Datas	
		31/Dez/13	31/Dez/12
Ativo			
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	10 052 723,75	10 986 274,36
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	17 288 031,69	15 052 399,92
Participações financeiras - outros métodos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
		27 340 755,44	26 038 674,28
Ativo Corrente			
Inventários	10	286 625,47	353 273,25
Clientes	11	687 191,28	781 515,91
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	12	64 261,52	48 157,19
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11	497 505,78	397 943,00
Outras contas a receber	11; 13	112 020,42	703 726,72
Diferimentos	14	262 935,62	254 514,88
Ativos financeiros detidos para negociação	15	2 289,67	2 289,67
Outros ativos correntes			
Caixa e depósitos bancários	4	2 957 319,98	3 795 571,30
		4 870 149,74	6 336 991,92
Total do Ativo		**32 210 905,18**	**32 375 666,20**
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	16	16 034 252,82	14 683 128,86
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados			
Ajustamentos em ativos financeiros	16	861 624,04	1 795 579,23
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais			
Resultado líquido do período		128 096,04	436 868,73
Total dos fundos patrimoniais		17 023 972,90	16 915 576,82
Passivo:			
Passivo não corrente			
Provisões	17	78 296,46	273 517,83
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	18	2 019 230,73	2 249 999,97
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	751 997,79	808 934,46
Outras contas a pagar			
		2 849 524,98	3 332 452,26
Passivo corrente			
Fornecedores	20	5 395 273,33	5 169 659,39
Adiantamentos de clientes	23	280 457,10	690 391,34
Estado e outros entes públicos	12	431 402,36	354 449,80
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	21	1 158 607,68	1 091 426,98
Financiamentos obtidos	18	230 769,24	230 769,24
Outras contas a pagar	22	2 272 915,76	1 980 938,95
Diferimentos	14	2 567 981,83	2 610 001,42
Outros passivos financeiros			
		12 337 407,30	**12 127 637,12**
Total do Passivo		**15 186 932,28**	**15 460 089,38**
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		**32 210 905,18**	**32 375 666,20**

Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2013 (Unidade: Euros)

Rubricas	Notas	Datas	
		31/Dez/13	31/Dez/12
Vendas e serviços prestados	24	22 869 424,13	23 425 888,80
Subsídios, doações e legados à exploração	25	827 326,00	1 398 103,26
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	1 697 448,46	509 717,68
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(361 360,38)	(267 285,87)
Fornecimentos e serviços externos	26	(15 787 969,10)	(16 070 412,57)
Gastos com o pessoal	27	(7 478 219,13)	(7 130 051,27)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	(24 191,04)	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.2	(4 772,15)	(54 855,33)
Provisões (aumentos/reduções)	17	(14 293,75)	1 664 019,23
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	8.2	(13 600,00)	(1 111 397,93)
Aumentos/reduções de justo valor			56,23
Outros rendimentos e ganhos	28	221 573,70	119 927,93
Outros gastos e perdas	29	(781 018,44)	(1 006 985,35)
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		**1 150 348,30**	**1 476 724,81**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(1 107 024,77)	(1 148 295,35)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		(5 821,99)	
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		**37 501,54**	**328 429,46**
Juros e rendimentos similares obtidos		123 628,37	176 392,01
Juros e gastos similares suportados		(26 839,27)	(43 997,91)
Resultado Antes de Impostos		**134 290,64**	**460 823,56**
Imposto sobre o rendimento do período	9	(6 194,60)	(23 954,83)
Resultado Líquido do Período		**128 096,04**	**436 868,73**

Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 (Unidade: Euros)

Rubricas	Notas	Datas	
		31/Dez/13	31/Dez/12
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais - Método Direto			
Recebimentos de clientes		22 872 540,57	22 260 436,57
Pagamentos a fornecedores		(15 889 679,54)	(15 824 368,69)
Pagamentos ao pessoal		(7 590 822,79)	(7 157 192,89)
Caixa Gerada pelas Operações		**(607 961,76)**	**(721 125,01)**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		44 931,96	44 872,31
Outros recebimentos/pagamentos		853 672,84	2 240 482,16
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		290 643,04	1 564 229,46
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(199 180,74)	(758 692,67)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		(5 557 500,00)	(192 000,00)
Outros ativos			(754,44)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		737,81	3 740,00
Investimentos financeiros		3 401 360,00	
Outros ativos			149 000,00
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		93 473,60	131 739,54
Dividendos		1 390 141,81	494 154,24
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		**(870 967,72)**	**(182 813,33)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		(27 157,40)	(45 475,74)
Dividendos			
Reduções de fundos			
Outras operações de financiamento		(230 769,24)	(232 798,24)
Fluxos de caixa das Atividades de Financiamento (3)		**(257 926,64)**	**(278 273,98)**
Variação de Caixa e seus Equivalentes (1+2+3)		**(838 251,32)**	**1 103 142,15**
Efeito das Diferenças de Câmbio			
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período		**3 795 571,30**	**2 692 429,15**
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período		**2 957 319,98**	**3 795 571,30**

Demonstração das Alterações nos fundos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2013

Descrição	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transit.
Posição no Inicio do Período de 2012 (1)		**16 959 637,58**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Alterações no Período					
Primeira adoção de novo referencial contabilístico					
Alterações de políticas contabilísticas					
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras					
Realização excedente revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis					
Exced.reval. ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações					
Ajustamentos por impostos diferidos					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		(2 276 508,72)			
(2)		**(2 276 508,72)**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Resultado Líquido do Período (3)					
Resultado extensivo (4=2+3)					
Operações com instituidores no Período					
Fundos					
Realizações de prémios de emissão					
Outras operações					
(5)		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Posição no Fim do Período de 2012 (6=1+2+3+5)		**14 683 128,86**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Posição no Início do Período de 2013 (6)		**14 683 128,86**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Alterações no Período					
Primeira adoção de novo referencial contabilístico					
Alterações de políticas contabilísticas					
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras					
Realização excedente revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis					
Exced.reval. ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações					
Ajustamentos por impostos diferidos					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		1 351 123,96			
(7)		1 351 123,96	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período (8)					
Resultado extensivo (9=7+8)					
Operações com instituidores no Período					
Fundos					
Subsídios, doações e legados					
Outras operações					
(10)		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Posição no Fim do Período de 2013 (6+7+8+10)		**16 034 252,82**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Interesses Minorit.	Total dos fundos patrimoniais
Ajustam. em Ativos Financeiros	Excedentes de Revaloriz.	Outras Variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total		
1 830 361,45	0,00	0,00	(2 311 290,94)	16 478 708,09		16 478 708,09
				0,00		0,00
				0,00		0,00
				0,00		0,00
				0,00		0,00
				0,00		0,00
				0,00		0,00
(34 782,22)			2 311 290,94	0,00		0,00
(34 782,22)	0,00	0,00	2 311 290,94	0,00	0,00	0,00
			436 868,73	436 868,73		436 868,73
		0,00	2 748 159,67	2 748 159,67	0,00	2 748 159,67
				0,00		0,00
				0,00		0,00
				0,00		0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1 795 579,23	0,00	0,00	436 868,73	16 915 576,82	0,00	16 915 576,82
1 795 579,23	0,00	0,00	436 868,73	16 915 576,82	0,00	16 915 576,82
				0,00		0,00
				0,00		0,00
				0,00		0,00
				0,00		0,00
				0,00		0,00
				0,00		0,00
(933 955,19)			(436 868,73)	(19 699,96)		(19 699,96)
(933 955,19)	0,00	0,00	(436 868,73)	(19 699,96)	0,00	(19 699,96)
			128 096,04	128 096,04		128 096,04
		0,00	(308 772,69)	(308 772,69)	0,00	(308 772,69)
				0,00		0,00
				0,00		0,00
				0,00		0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
861 624,04	0,00	0,00	128 096,04	17 023 972,90	0,00	17 023 972,90

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em Euros)

1. Identificação da Entidade

O ACP – Automóvel Club de Portugal (adiante designado por ACP) é uma pessoa coletiva de utilidade pública (NIPC 500700800), fundada em 1903, tendo como objeto estatutário a promoção e o desenvolvimento do automobilismo e do turismo, sobretudo no que respeita à defesa dos interesses dos seus associados e em todos os campos relacionados com aqueles objetivos.

O ACP tem sede na Rua Rosa Araújo, 24, 1250-195 Lisboa.

Constituem receitas do ACP, essencialmente, as joias e as quotas pagas pelos sócios, as quais têm como contrapartida a utilização de bens e serviços que o ACP proporciona aos seus associados em todos os campos relacionados com os objetivos acima referidos.

Todos os valores apresentados são expressos em euros.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 As demonstrações financeiras do ACP foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e do Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº. 158/2009.

O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), pelos Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), pelo Código de Contas (CC), pelas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), pelas Normas Interpretativas e pela Estrutura Conceptual.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, são expressas em euros e, foram preparadas segundo os pressupostos da continuidade e em conformidade com o regime de acréscimo, no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando sa-

tisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, da substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2013 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2012.

2.2 Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

2.3 Não existem contas de balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

2.4 As demonstrações financeiras incluem informação comparativa com referência a 31 de Dezembro de 2012, preparada de acordo com o SNC e do relato financeiro para entidades do setor não lucrativo.

A adoção das NCRF-ESNL, reportada a 1 de Janeiro de 2012, não teve qualquer impacto sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados, bem como sobre os fundos patrimoniais do ACP.

3. Principais políticas contabilísticas, estimativas e julgamentos relevantes

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL requer que a Direção formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, com exceção dos mencionados no parágrafo seguinte, encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condições necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as NCRF-ESNL o ACP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7. Os ativos adquiridos até 31 de Dezembro de 1998 foram reavaliados de acordo com as disposições legais em vigor. Nos exercícios seguintes às reavaliações do seu imobilizado, através da aplicação da respetiva disposição legal foi transferida a totalidade do valor da reserva de reavaliação para o Fundo Social.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o ACP.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

O ACP procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As depreciações são calculadas segundo o método da linha reta, por referência ao início do exercício em que os bens entram em funcionamento, e dentro dos limites das taxas estabelecidas para fins fiscais nos termos do Decreto-Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro, as quais se considera traduzirem satisfatoriamente a vida útil esperada dos bens, com exceção dos veículos utilizados no ensino da condução, os quais têm um período de vida útil de 8 anos e um valor residual correspondente a 10% do respetivo valor de aquisição.

As depreciações são calculadas sobre as quantias depreciáveis que correspondem ao custo do ativo deduzido do respetivo valor residual. As taxas de depreciação mais relevantes são as seguintes:

	Taxas	Vida Útil
Edifícios e outras construções	1,25% - 20%	5 anos - 80 anos
Equipamento básico	12,5% - 20%	5 anos - 8 anos
Equipamento de transporte	12,5% - 25%	4 anos - 8 anos
Ferramentas e utensílios	20% - 25%	4 anos - 5 anos
Equipamento administrativo	12,5% - 33,33%	3 anos - 8 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para o fundo social.

São classificados como ativos fixos tangíveis os ativos subjacentes aos contratos de locação financeira, nos quais se verifique a transferência para o locatário de todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

b) Locações

O ACP classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Os pagamentos e recebimentos efetuados pelo ACP à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos ou rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos diretos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

c) Participações financeiras

Investimentos em subsidiárias

As participações financeiras em que o ACP exerce o controlo direto e indireto

são registadas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o ACP assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o ACP detém mais de metade dos direitos de voto o quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma empresa ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o ACP adquire a influência significativa direta ou indireta até ao momento em que a mesma termina, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para o ACP, caso em que seria usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais o ACP tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que o ACP exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de gestão de direção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transações materiais entre o Clube e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

O goodwill relacionado com uma associada é incluído na quantia escriturada do investimento. Contudo, a amortização desse goodwill não é permitida e não é portanto incluída na determinação da parte do investidor nos resultados da associada.

Qualquer excesso da parte do investidor no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada acima do custo do investimento é excluído da quantia escriturada do investimento e é incluído como rendimento na determinação da parte do investidor nos resultados da associada do período em que o investimento é adquirido.

Dado que o goodwill incluído na quantia escriturada de um investimento, quando aplicado o método de equivalência patrimonial, não é reconhecido separadamente, a totalidade da quantia escriturada do investimento é testada quanto à imparidade, quando existam indicadores que indiciem que a associa-

da possa estar em imparidade, comparando a sua quantia recuperável com a sua quantia escriturada do investimento.

O goodwill é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

d) Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável do ACP e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) do ACP, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede do ACP.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expetativa atual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentos em fundos patrimoniais, facto que implica o seu reconhecimento em fundos patrimoniais.

Os impostos diferidos reconhecidos nos fundos patrimoniais, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade, com o estabelecido no parágrafo 16.6 das NCRF-ESNL, o ACP procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- Possuir um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se

relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

e) Inventários
Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

O ACP reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

f) Contas a receber
As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

g) Caixa e equivalentes de caixa
A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

h) Transações em moeda estrangeira
As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.

Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Quando um ganho ou uma perda num item não monetário é reconhecido diretamente nos fundos patrimoniais, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida diretamente nos fundos patrimoniais. Quando um ganho ou uma perda com um item não monetário é reconhecido nos resultados, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida nos resultados.

i) Subsídios

Os subsídios concedidos pelo governo, autarquias ou associações internacionais não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Fundos Patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que o ACP cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.
Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato ao ACP sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio do governo ou de autarquias tomar a forma de transferência de um ativo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para

uso do ACP, é usual avaliar o justo valor do ativo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o ativo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios do Governo ou de autarquias não condicionais que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, o subsídio do Governo se torna recebível.

Os subsídios do Governo ou de autarquias condicionais que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas aos subsídios do Governo ou de autarquias.

j) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- O ACP tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Provisões para contratos onerosos

O ACP reconhece uma provisão para contratos onerosos sempre que os custos não evitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios económicos que se espera sejam recebidos ao abrigo do mesmo.

Provisões para reestruturação

O ACP constituiu uma provisão para reestruturação quando existe uma obrigação construtiva de reestruturar, nomeadamente:

- Existe um plano formal detalhado para a reestruturação que identifica:
- O negócio ou parte de um negócio em questão;
- As principais localizações afetadas;
- A localização, função e número aproximado de empregados que receberão retribuições pela cessação dos seus serviços;
- Os dispêndios que serão levados a efeito; e,
- Quando será implementado o plano; e,
- Foi criada uma expectativa válida nos afetados de que levará a efeito a reestruturação ao começar a implementar esse plano ou ao anunciar as suas principais características aos afetados por ele.

A provisão para reestruturação inclui os dispêndios diretos provenientes da reestruturação que são os que sejam quer necessariamente consequentes

da reestruturação, quer não associados com as atividades continuadas da entidade.

A provisão para reestruturação não inclui os gastos de voltar a treinar ou deslocalizar pessoal que continua, comercialização e investimento em novos sistemas e redes de distribuição e que são reconhecidos na mesma base como se surgissem independentemente de uma reestruturação nos gastos do período em que ocorrem.

Os ganhos esperados na alienação de ativos não são tidos em consideração na mensuração de uma provisão de reestruturação, mesmo se a venda de ativos for vista como parte da reestruturação.

k) Benefícios dos empregados

O ACP reconhece em gastos os benefícios a curto prazo de empregados para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo após a dedução da quantia já paga ou de um ativo na extensão e que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

Em complemento aos benefícios concedidos pelo regime de Segurança Social, os empregados do ACP admitidos até 1 de Março de 1992 beneficiam de um plano complementar de pensões de reforma. Este plano pressupõe que cada participante terá direito, à data normal de reforma (65 anos), a uma pensão de reforma mensal, pagável 13 vezes ao ano, calculada segundo uma fórmula definida pelo plano.

O complemento de reforma existente no ACP corresponde a um plano de benefício definido, uma vez que define os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

As responsabilidades do ACP com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de Empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos em reservas, de acordo com o método alternativo que é permitido pelo IAS 19 – Benefícios de Empregados, adotada pelo texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

O ACP reconhece como um gasto, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos ativos do fundo, e (iv) o efeito das reformas antecipadas.

l) Ativos e passivos contingentes
O ACP não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuadamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra. Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, o ACP divulga o respetivo passivo contingente.

m) Reconhecimento de gastos e rendimentos
Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros Ativos ou Passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

n) Rédito
O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:
• O ACP tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
• O ACP não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geral-

mente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
• A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
• Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
• Os gastos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser estimado com fiabilidade. O desfecho de uma transação pode ser estimado com fiabilidade quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:
• A quantia de rédito possa ser mensurada com fiabilidade;
• Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o ACP;
• A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser mensurada com fiabilidade; e
• Os gastos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito das quotas de sócio é reconhecido durante os exercícios a que as mesmas correspondem. O rédito das joias é reconhecido no momento da sua faturação.

O valor do diferimento é apurado recorrendo a estimativas efetuadas através da base de dados dos sócios das quotas emitidas em 2013, mas que abrangem uma parte do ano de 2014. O valor apurado é diferido não sendo reconhecido o respetivo rédito no exercício.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

o) Gastos e rendimentos de financiamentos
Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas antes dos financiamentos serem utilizados e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo pelo método do custo amortizado.

p) Acontecimentos após a data de Balanço
As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 18 de Março de 2014, data em que foram aprovadas pela Direção do ACP.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

q) Instrumentos financeiros
O ACP reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de fundos patrimoniais apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os custos iniciais não incluem os custos de transação dos ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

O ACP mensura os seus ativos e passivos financeiros em cada data de relato ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração de resultados.

O ACP mensura os instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade quando satisfazem as seguintes condições:
• Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
• Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante;
• Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

r) Imparidade
Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

3.3 Principais estimativas e julgamentos
As NCRF-ESNL requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no

âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, fundos patrimoniais, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pelo ACP e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo ACP é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo ACP, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Direção considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do ACP e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

a) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda
O ACP determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.
Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do ACP.

b) Provisões
A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

c) Justo valor dos instrumentos financeiros
O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes

pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

d) Imparidade dos ativos não correntes e Goodwill
Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

O ACP revê com uma periodicidade anual os pressupostos que estão na base do julgamento da existência ou não de imparidade no goodwill resultante das aquisições de participações em empresas subsidiárias. Os pressupostos utilizados são sensíveis a alterações dos indicadores macroeconómicos e os pressupostos do negócio utilizado pela gestão. O goodwill em empresas associadas é testado sempre que existam circunstâncias que indiciem a existência de imparidade.
Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e do goodwill pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados do ACP.

e) Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores
As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pelo ACP da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

f) Impostos sobre os lucros
Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo ACP, durante um período de quatro ou seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do ACP, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

g) Pensões e outros benefícios a empregados
A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos gastos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pela Direção do ACP situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade do ACP.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3. Adicionalmente, e apesar do ACP não se encontrar sujeito ao Código das Sociedades Comerciais vem contudo informar as principais políticas de gestão de risco, de acordo com o previsto no artigo 66º do mencionado código:

a) Risco de preço / mercado
As operações de negócios em moeda estrangeira, especialmente na compra e venda, expõem a entidade a riscos cambiais, como resultado de flutuações nas taxas de câmbio. No entanto, grande parte das transações é efetuada com entidades do Espaço Comunitário, sendo o risco de exposição cambial residual. No que respeita às variações nas taxas de juro, atendendo ao empréstimo de médio e longo prazo existente, cujos juros contratuais têm por base uma taxa variável, o ACP monitoriza regularmente a evolução do mercado, no sentido de poder utilizar uma estratégia de cobertura do risco de taxa de juro. Uma vez que os contratos com fornecedores / clientes não preveem o vencimento de juros e que os contratos de locação financeira têm valores baixos a gestão entende que o risco se confina ao risco de taxa de juro subjacente ao empréstimo de médio e longo prazo e que o mesmo está avaliado.

b) Risco de liquidez / crédito / fluxos de caixa
O financiamento do ACP resulta dos respetivos meios libertos, não sendo habitual para a satisfação dos seus compromissos o recurso ao financiamento bancário. O foco da empresa é sobre a gestão de capital circulante e despesas de capital. Como consequência da sua política de gestão do ativo circulante e da sua eficiente gestão, a empresa dispõe atualmente de uma situação confortável em termos de liquidez. Não obstante, os principais riscos decorrem dos compromissos assumidos com os fornecedores e da eventual falta de pagamento dos seus clientes. No entanto, a empresa mantém políticas regulares de cobrança e regularização dos seus compromissos.

4. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O ACP classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A rubrica caixa e depósitos bancários decompõe-se como se segue:

	2013	2012
Caixa	47 528,11	45 459,19
Depósitos à Ordem	658 791,87	900 112,11
Depósitos a Prazo	2 251 000,00	2 850 000,00
	2 957 319,98	3 795 571,30

A 31 de Dezembro de 2013 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Os depósitos a prazo estão disponíveis para uso, garantindo a sua mobilização imediata apenas com a perda dos juros vencidos.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

O ACP aplicou pela primeira vez as NCRF-ESNL no presente período, não tendo registado quaisquer impactos nos seus fundos patrimoniais.

No presente período, o ACP não alterou as estimativas contabilísticas nem procedeu ao registo de qualquer erro.

6. Partes relacionadas

As transações realizadas entre o ACP e as suas partes relacionadas são realizadas a preços de mercado.

Os rendimentos correspondem essencialmente à cedência de espaços para desenvolvimento das atividades das partes relacionadas, a comissões, à prestação de serviços financeiros, gestão de recursos humanos, informáticos e administrativos e aos juros decorrentes de empréstimos concedidos.

Os gastos são compostos pelos serviços de assistência em viagem, pelo seguro de assistência em viagem e por deslocações organizadas pela agência de viagens do grupo.

i. Empresas subsidiárias

	Transações				
	Rend. Op.	Gastos Op.	Aquisição Ativos	Alienação Ativos	Rec. Dividendos
ACP - Serviços de Assistência	766 474,96	4 994 670,49	-	-	-
ACP - Motorsport	-	22 190,00	71 700,00	-	23 846,33
ACP - Mobilidade	-	628 257,68	-	-	194 154,24
ACP - Mediação de Seguros	422 497,40	-	-	-	-
ACP - Viagens e Turismo	80,00	5 452,60	-	-	-
	1 189 052,36	**5 650 570,77**	**71 700,00**	**0,00**	**218 000,57**

	Saldos				
	Clientes	Fornecedores	Adiantamento Clientes	Outras contas rec./ pagar	Inv. Financeiros
ACP - Serviços de Assistência	-	(3 417 592,10)	-	-	-
ACP - Motorsport	-	(155,83)	-	-	-
ACP - Mobilidade	105,85	-	-	(295 993,16)	-
ACP - Comunicações	-	-	-	-	100 000,00
ACP - Mediação de Seguros	2 502,26		(280 457,10)	(47,80)	
ACP - Viagens e Turismo	-	(19 497,25)	-	-	-
	2 608,11	**(3 437 245,18)**	**(280 457,10)**	**(296 040,96)**	**100 000,00**

ii. Empresas associadas

	Transações			Saldos	
	Rend. Op.	Gastos Op.	Aquisição Inv. Fin.	Outras contas a pagar (oper.)	Outras contas a pagar (Inv. Fin.)
Villas Boas ACP, SA	-	219 690,51	2 628 750,00	(17 914,02)	(656 140,00)
	0,00	**219 690,51**	**2 628 750,00**	**(17 914,02)**	**(656 140,00)**

O ACP adquiriu 37,5% do capital da ACP Mediação de Seguros, SA à Villas Boas ACP, SA por 2.628.750,00 euros e 37,5% do capital da ACP Mediação de Seguros, SA à Moragri SGPS pelo mesmo valor.

Simultaneamente alienou 17% do capital da Villas Boas ACP, SA à Moragri SGPS por 3.401.360,00 euros.

Em 31 de Dezembro de 2012 a Moragri, SGPS detinha 50% da Villas Boas ACP, passando a deter 67% após a operação acima descrita.

iii. Pessoal-chave da gestão

Os elementos que constituem a Direção do ACP não auferem remuneração.

7. Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Inicio do Período			Final do Período		
	Quantia Escriturada Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Saldo	Quantia Escriturada Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Saldo
Ativos Fixos Tangíveis						
Terrenos e Recursos Naturais	1 608 890,89	0,00	1 608 890,89	1 608 890,89	0,00	1 608 890,89
Edifícios e outras construções	19 544 313,52	10 730 915,60	8 813 397,92	19 563 833,82	11 518 697,54	8 045 136,28
Equipamento básico	1 292 653,15	1 107 553,69	185 099,46	1 321 735,84	1 202 543,49	119 192,35
Equipamento de transporte	1 040 262,15	932 709,11	107 553,04	1 032 785,53	916 075,63	116 709,90
Equipamento administrativo	6 372 703,42	6 127 784,74	244 918,68	5 267 982,18	5 131 602,22	136 379,96
Investimentos em Curso	75 022,59	48 608,22	26 414,37	26 414,37	0,00	26 414,37
	29 933 845,72	**18 947 571,36**	**10 986 274,36**	**28 821 642,63**	**18 768 918,88**	**10 052 723,75**

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis, durante o ano 2013 são analisados como segue:

	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Trs. e Abates	Depreciações	Reversões de Depreciações	Regulari-zações	Saldo Final
Ativos Fixos Tangíveis								
Terrenos e Recursos Naturais	1 608 890,89							1 608 890,89
Edifícios e outras construções	8 813 397,92	46 334,75		(17 760,93)	(814 596,39)		17 760,93	8 045 136,28
Equipamento básico	185 099,46	35 199,27		(28 828,85)	(101 101,38)		28 823,85	119 192,35
Equipamento de transporte	107 553,04	71 700,00		(27 938,17)	(59 429,81)		24 824,84	116 709,90
Equipamento administrativo	244 918,68	26 449,97		(1 072 823,69)	(131 897,19)		1 069 732,19	136 379,96
Investimentos em Curso	26 414,37						0,00	26 414,37
	10 986 274,36	**179 683,99**	**0,00**	**(1 147 351,64)**	**(1 107 024,77)**	**0,00**	**1 141 141,81**	**10 052 723,75**

Os ativos nos seguintes montantes estão dados como garantia de cumprimento de passivos, nas formas apresentadas:

	Quantia Escriturada Bruta	Garantias de Passivos
Ativos Fixos Tangíveis		
Edifícios e outras construções	6 356 734,77	Hipoteca
Equipamento de transporte	25 824,53	Reserva de Propriedade
	6 382 559,30	

O valor da hipoteca está limitado ao capital em dívida, acrescido de eventuais juros e despesas.

A 31 de Dezembro de 2013, o ACP possui 25.825 euros de Ativos Fixos Tangíveis em regime de locação financeira.

As locações financeiras incluídas nos fornecedores de investimentos podem ser analisadas como segue:

	Valor de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
Locações Financeiras			
Equipamento de transporte	25 824,53	25 824,53	0,00
	25 824,53	**25 824,53**	**0,00**

Os respetivos pagamentos mínimos futuros e o valor presente são analisados como segue:

	‹ 1 Ano		Entre 1 e 5 Anos		› 5 Ano		Total	
	Pagamentos Mínimos Futuros	Valor Presente	Pagamentos Mínimos Futuros	Valor Presente	Pagamentos Mínimos Futuros	Valor Presente	Pagamentos Mínimos Futuros	Valor Presente
Locações Financeiras Equipamento de transporte	5 498,51	5 380,11	4 803,88	4 500,18			10 302,39	9 880,28
	5 498,51	**5 380,11**	**4 803,88**	**4 500,18**	**0,00**	**0,00**	**10 302,39**	**9 880,28**

Todas as locações financeiras têm opção de compra no final do contrato através do pagamento do Valor Residual.

A taxa de atualização utilizada para o cálculo dos valores presentes, foi de 4,45%, correspondente à taxa swap para operações de maturidade similar (0,45%) acrescida de um spread de 4%, de acordo com as taxas de mercado.

8. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

8.1 Investimentos em subsidiárias

As empresas subsidiárias do ACP são incluídas no respetivo perímetro de consolidação e consolidadas através do método de consolidação integral. A empresa associada Villas Boas ACP, Lda é consolidada através do método da equivalência patrimonial.

Os investimentos em subsidiárias detalham-se como segue:

	Investimentos Financeiros		% de Participação Direta	% de Participação Indireta
	2013	2012		
Partes de capital em empresas subsidiárias				
ACP - Viagens e Turismo, Lda (a)	0,00	0,00	60,00%	40,00%
ACP - Mobilidade, SA (b)	4 245 847,34	3 496 219,57	97,86%	2,14%
ACP - Motorsport, Lda (c)	34 548,08	23 341,00	95,00%	5,00%
ACP - Comunicações, Lda (d)	0,00	0,00	100,00%	0,00%
ACP - Serviços de Assistência, Lda (e)	292 838,80	230 864,70	0,00%	100,00%
ACP - Mediação de Seguros, SA (f)	613 856,98	0,00	75,00%	8,25%
ACP - Mediação de Seguros, SA - goodwill	4 919 187,04	0,00	75,00%	8,25%
	10 106 278,24	**3 750 425,27**		
Prestações Suplementares				
ACP - Viagens, Lda	126 663,01	0,00		
ACP - Comunicações, Lda	35 317,53	57 974,65		
	161 980,54	57 974,65		
Imparidade de activos	0,00	0,00		
	10 268 258,78	**3 808 399,92**		

(a) Participação detida diretamente em 60% do Capital pelo ACP e indiretamente em 40% por via do ACP-Mobilidade.
(b) Participação detida diretamente em 97,86% pelo ACP e os restantes 2,14% por via de outras empresas interligadas.
(c) Participação detida diretamente em 95% pelo ACP e os restantes 5% por via de ACP-Viagens, Lda.
(d) Participação detida diretamente em 100% pelo ACP.
(e) Part. detida ind. pelo ACP em 100% do seu Capital por via do ACP-Mobilidade (90%) e do ACP-Viagens e Turismo (10%).
(f) Participação detida diretamente em 75% do Capital pelo ACP e indiretamente em 8,25% por via da Villas Boas ACP.

Em 2013, o ACP adquiriu 75% do Capital da ACP Mediação de Seguros, SA, passando a deter 75% de forma direta e 8,25 de forma indireta (em 2012, detinha 50% de forma indireta). Ao invés, alienou 17% do Capital da empresa Villas Boas ACP, SA passando a deter 33%.

Ao valor de investimentos em subsidiárias de Euro 10.268.259 (2012: Euro 3.808.400) acresce a participação em associadas (ver nota 8.2), de Euro 7.019.773 (2012: Euro 11.244.000), totalizando Euro 17.288.032 (2012: Euro 15.052.400).
O quadro seguinte resume a principal informação financeira das empresas subsidiárias:

	Informação Financeira					
	Ativo Total	Passivo Total	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Volume Negócios	Ano
ACP - Viagens e Turismo, Lda	480 814,21	269 709,21	211 105,00	35 296,88	588 559,94	2013
ACP - Mobilidade, SA	4 804 615,00	558 769,00	4 245 846,00	943 927,00	1 057 776,00	2013
ACP - Serviços de Assistência, Lda	6 092 166,72	3 163 778,54	2 928 388,18	916 473,88	10 494 141,64	2013
ACP - Motorsport, Lda	41 376,44	6 828,36	34 548,08	11 207,08	22 190,00	2013
ACP - Seguros, Lda	3 376 518,68	2 558 042,71	818 475,97	367 392,02	2 378 901,01	2013
ACP - Comunicações, Lda	35 407,53	0,00	35 407,53	(22 567,12)	0,00	2013

8.2 Investimentos em associadas

O ACP detém uma participação de 33% na empresa Villas Boas ACP (em 2012 a participação era de 50%, tendo alienado 17% do capital em 2013) a qual se encontra apresentada nos quadros seguintes:

O quadro seguinte apresenta a principal informação financeira da empresa associada:

	Investimentos Financeiros					
	Valor 31/12/2012	Ajustamento invest.finan.	Alienação	Dividendos	Equivalência patrimonial	Valor 31/12/2013
% de participação direta	50%					33%
% de participação indireta	50%					33%
Partes de capital em empresas associadas						
Villas Boas ACP, SA (Met. Eq. Patrimonial)	2 926 552,65	(19 699,96)	(587 027,90)	(1 200 000,00)	762 902,45	1 882 727,24
Villas Boas ACP, SA (Goodwill)	8 317 447,35	0,00	(3 180 401,68)	0,00	0,00	5 137 045,67
Total	**11 244 000,00**	**(19 699,96)**	**(3 767 429,58)**	**(1 200 000,00)**	**762 902,45**	**7 019 772,91**

O quadro seguinte apresenta a principal informação financeira da empresa associada:

	Informação Financeira					
	Activo Total	Passivo Total	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Volume Negócios	Ano
Villas Boas ACP, SA	22 545 595,06	16 820 064,08	5 725 530,98	2 311 825,61	6 695 947,98	2013

9. Impostos sobre o rendimento

Nos termos preconizados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o ACP configura um sujeito passivo do imposto, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, auferindo rendimentos não sujeitos a IRC, como sejam as quotas pagas pelos seus associados, bem como os subsídios destinados à realização dos seus fins estatutários.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, contado a partir do exercício a que respeitam (dez anos para a Segurança Social, para exercícios até 2001 inclusive, cinco anos após 2001).

Conforme referido na Nota 3 d), o IRC é calculado de acordo com a legislação e taxas aplicáveis, nomeadamente no nº 4 do art.º 80º do CIRC. Na circunstância não existe matéria coletável em relação ao exercício de 2013, correspondendo o encargo com imposto sobre o rendimento do exercício à tributação autónoma de despesas específicas.

O ACP apresenta diferenças temporárias decorrentes da amortização de ativos reavaliados, de ajustamentos de dívidas a receber para além dos limites

fiscais e de provisões não dedutíveis fiscalmente que resultariam na contabilização de ativos por impostos diferidos nos termos da NCRF 25.

10. Inventários

A rubrica Inventários é analisada como segue:

Descrição	2013	2012
Mercadorias	398 301,03	439 744,99
Matérias-primas	6 680,44	7 693,22
	404 981,47	**447 438,21**
Imparidades do período	(24 191,04)	0,00
Imparidades de períodos anteriores	(94 164,96)	(94 164,96)
	(118 356,00)	**(94 164,96)**
Total	**286 625,47**	**353 273,25**

Perdas por Imparidade	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Inventários	93 012,40	24 191,04	0,00	117 203,44
- Mercadorias	1 152,56	0,00	0,00	1 152,56
- Matérias-Primas	**94 164,96**	**24 191,04**	**0,00**	**118 356,00**

	Mercadorias		Matérias-Primas	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Existências iniciais	439 744,99	456 610,60	7 693,22	6 268,75
Compras	367 187,64	306 608,25	19 847,51	26 141,06
Regularização de existências	(10 418,89)	(6 744,06)	(61,44)	-
Existências finais	**398 301,03**	**439 744,99**	**6 680,44**	**7 693,22**
Custo do exercício	**398 212,71**	**316 729,80**	**20 798,85**	**24 716,59**
Custo das mercadorias vendidas	361 360,38	267 285,87		
Ofertas a sócios (camp. Angariação)	36 852,33	49 443,93		

Os valores apresentados como custo do exercício nas matérias-primas são registados numa conta de Fornecimentos e Serviços Externos – Material de Escritório.

11. Contas a receber

11.1 Contas a receber e imparidades

As rubricas de clientes, associados e outros devedores são analisadas como segue:

	2013	2012
Valor Bruto		
- Clientes	1 182 187,38	1 278 108,43
- Associados	525 536,28	419 604,97
- Outras Contas a Receber	127 020,42	718 726,72
Total	**1 834 744,08**	**2 416 440,12**
Imparidades totais		
- Clientes	494 996,10	496 592,52
- Associados	28 030,50	21 661,97
- Outras Contas a Receber	15 000,00	15 000,00
Total	**538 026,60**	**533 254,49**
Valor Líquido		
- Clientes	687 191,28	781 515,91
- Associados	497 505,78	397 943,00
- Outras Contas a Receber	112 020,42	703 726,72
Total	**1 296 717,48**	**1 883 185,63**

11.2 Imparidades

Os movimentos das perdas por imparidades são analisados como segue:

	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo Final
Contas a Receber					
- Clientes	496 592,52	5 709,43	(7 305,85)	0,00	494 996,10
- Associados	21 661,97	6 368,53	0,00	0,00	28 030,50
- Outras Contas a Receber	15 000,00	0,00	0,00	0,00	15 000,00
	533 254,49	**12 077,96**	**(7 305,85)**	**0,00**	**538 026,60**

11.3 Antiguidade dos saldos de clientes

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

	Total Valor Nominal	‹ 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	› 360 dias
Contas a Receber - Clientes	1 182 187,38	540 741,21	92 682,83	22 469,43	526 293,91
	1 182 187,38	**540 741,21**	**92 682,83**	**22 469,43**	**526 293,91**

12. Estado e outros entes públicos

	2013		2012	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto sobre o rendimento	63 626,30	-	48 157,19	-
Retenções efectuados S/ IR	-	116 106,09	-	89 275,56
IVA	-	174 213,34	-	136 907,56
Contribuições para a Segurança Social	-	141 082,93	-	128 266,68
Outros Impostos	635,22	-	-	-
	64 261,52	**431 402,36**	**48 157,19**	**354 449,80**

Não existem dívidas em mora ao Estado, designadamente de quaisquer impostos ou de contribuições para a Segurança Social.

13. Outras contas a receber

A rubrica de Outras contas a receber é analisada como segue:

	2013	2012
Devedores por acréscimos de rendimentos		
- Rendimentos associados a provas desportivas	22 250,00	368 630,00
- Proveitos financeiros	21 839,29	21 440,97
- Outros Rendimentos	24 440,58	37 608,16
	68 529,87	427 679,13
Outras contas a receber		
- Empresas do grupo	0,00	215 564,16
- Pessoal	35 785,66	16 245,09
- Outros	7 704,89	44 238,34
	43 490,55	276 047,59
Total	**112 020,42**	**703 726,72**

Os acréscimos de rendimentos correspondem à especialização de valores faturados em 2014, mas que dizem respeito a 2013, designadamente comissões ao abrigo de contratos com outras entidades e juros de depósitos a prazo. Em 2012 diziam essencialmente respeito a um subsídio atribuído a um evento desporto realizado em 2012, mas que apenas foi liquidado em 2013.

14. Diferimentos

	2013	2012
Diferimentos (Ativo)		
- Gastos de licenciamento	127 879,02	107 539,29
- Gastos associados a provas desportivas	75 301,69	40 226,33
- Rendas	26 608,06	33 315,33
- Gastos plurienais	0,00	4 801,70
- Comissões angariação sócios	0,00	24,53
- Outros gastos diferidos	33 146,85	68 607,70
	262 935,62	**254 514,88**
Diferimentos (Passivo)		
- Quotas de sócios ordinários referentes ao ano seguinte	2 557 488,83	2 610 001,42
- Outros rendimentos	10 493,00	0,00
	2 567 981,83	**2 610 001,42**

Os diferimentos resultam de rendimentos e gastos suportados em 2013 relativos a provas desportivas a realizar em 2014 e de outras despesas suportadas antecipadamente, nomeadamente com rendas das delegações, seguros e comissões de angariação de sócios cujo rédito apenas será reconhecido em 2014.

Encontram-se igualmente registados como diferimentos as quantias das quotas emitidas em 2013, mas cuja validade é superior a 31 de Dezembro de 2013.

15. Ativos financeiros detidos para negociação

Encontram-se mensurados ao justo valor as ações detidas do Millennium BCP, as quais se encontram cotadas em bolsa.

16. Fundos patrimoniais

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de 22 de Abril de 2013, o Resultado do Exercício de 2012 teve a seguinte aplicação:
- Fundo Social – (72.848,95) Euros
- Ajustamentos de Partes de Capital + 509.717,68 Euros

16.1 Ajustamentos em ativos financeiros

Relacionados com o met. Eq. Patrimonial	2013	2012
Ajustamentos de transição	1 081 792,33	1 081 792,33
Lucros não atribuídos	327 966,20	1 242 221,43
Decorrentes outras variações cap. prop. part.	(548 134,49)	(528 434,53)
Total	**861 624,04**	**1 795 579,23**

Os ajustamentos em partes de capital em associadas do exercício foram descritos no quadro abaixo e decorrem da transferência de resultados por lucros não atribuídos e de ajustamentos de capital.

	Transf. Resultados	Lucros distribuídos	Ajust. Cap. Próp.	Total
ACP Serviços de Assistência	32 970,33	(15 722,39)	(29 673,29)	(12 425,35)
ACP Viagens	(195 739,04)			(195 739,04)
ACP Mobilidade	259 066,16	(198 545,38)		60 520,78
ACP Motorsport	(13 115,56)			(13 115,56)
Villas Boas ACP	468 759,89	(1 200 000,00)	(19 699,96)	(750 940,07)
ACP Comunicações	(22 255,95)			(22 255,95)
	529 685,83	**(1 414 267,77)**	**(49 373,25)**	**(933 955,19)**

17. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

17.1 Provisões:

A rubrica de Provisões é analisada como se segue:

	Saldo Inicial	Aumento	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Provisões:					
- Provisões para processos judiciais em curso	79 002,71	25 166,46	(15 000,00)	(10 872,71)	78 296,46
- Outras provisões	194 515,12	0,00	(194 515,12)	0,00	0,00
	273 517,83	**25 166,46**	**(209 515,12)**	**(10 872,71)**	**78 296,46**

As utilizações e reversões das provisões para processos judiciais correspondem a um processo do foro laboral que findou em 2013. O aumento das provisões diz respeito a 2 processos judiciais instaurados em 2013.

A Gestão considera que as provisões constituídas para os processos judiciais em curso refletem o risco máximo de perdas potenciais associadas aos litígios existentes à data do Balanço.

As outras provisões diziam respeito ao valor negativo dos capitais próprios da empresa do grupo ACP Viagens, Lda na proporção da participação do ACP. O ACP efetuou prestações suplementares no valor de 492.000 euros, tendo sido utilizada a provisão então constituída.

17.2 Passivos contingentes

O ACP está envolvido como réu em processos judiciais do foro laboral os quais envolvem o pedido de indemnizações por danos patrimoniais e não patrimoniais. O ACP efetua provisões na medida do que entende serem os riscos que decorrem destas ações e que cobre, na maioria dos casos, os direitos vencidos, na convicção de que não terá de suportar quaisquer indemnizações por danos patrimoniais e não patrimoniais.

18. Financiamentos obtidos

O empréstimo contraído para efeitos de remodelação das instalações do Prior Velho, propriedade do ACP, no valor inicial de 3.000.000 Euros está atualmente registado por 2.249.999,97 euros (devido às amortizações de capital ocorridas). Os juros relativos a este empréstimo registados em 2013 foram de 25.560,28 euros.

O quadro seguinte resume o plano de amortizações contratado:

	Pagamentos < 1 Ano	Pagamentos entre 1 e 5 Anos	Pagamentos > 5 Ano	Total
Empréstimo de médio e longo prazo	230 769,23	923 076,92	1 096 153,82	2 249 999,97
	230 769,23	**923 076,92**	**1 096 153,82**	**2 249 999,97**

A taxa de juro aplicável a este contrato corresponde ao indexante Euribor 3 meses acrescida de um spread de 0,75%.

Os restantes passivos financeiros estão mensurados ao custo.

18.1 Ativos dados como garantia de passivos

Encontra-se hipotecado o edifício situado no Prior Velho, com uma quantia escriturada bruta de 6.356.734,77 euros, como garantia do empréstimo efetuado para remodelação do mesmo edifício.

19. Benefícios dos empregados

19.1 Benefícios pós emprego

Como referido na Nota 3 k), o ACP assumiu a responsabilidade pelo pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice, a qual é determinada com base em estudos atuariais.

O método utilizado no estudo atuarial foi o "Projected Unit Credit" e os pressupostos atuariais utilizados por referência a 31 de Dezembro de 2013, sumarizam-se como se segue:

- Tabela de Mortalidade: TV 88/90;
- Tabela de Invalidez: EKV 80;
- Taxa de Rendimento do Fundo: 5%;
- Taxa Técnica de Juro: 3%;
- Taxa de Crescimento Salarial: 2,5%;
- Taxa de Revalorização utilizada no cálculo da remuneração de referência da Segurança Social: 2%;
- Cálculo da Pensão da Segurança Social através do Decreto-Lei nº 35/2002.

O movimento na conta de Provisões foi o seguinte:

Saldo Inicial	808 934,46
Custo dos serviços correntes	2 779,85
Reforço de provisões	28 486,32
Utilização da provisão	-88 202,84
Saldo final	751 997,79

Em 31 de Dezembro de 2013 encontravam-se abrangidos por este plano 88 empregados no ativo.

A provisão em 31 de Dezembro de 2013 no montante de 751.997,79 euros assegura a cobertura da totalidade das responsabilidades por serviços passados reportadas a essa data.

20. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

	2013	2012
Fornecedores Gerais	1 661 954,98	1 691 679,69
Fornecedores-Empresas Subsidiárias	3 733 318,35	3 477 979,70
Total	**5 395 273,33**	**5 169 659,39**

21. Associados

O saldo desta rubrica é composto essencialmente por recebimentos em 2013 de quotas emitidas em 2014.

22. Outras contas a pagar

A rubrica de Outras contas a pagar é analisada como segue:

	2013	2012
Credores por acréscimos de gastos		
- Encargos com férias e subsídio de férias	1 044 938,14	1 048 189,60
- Gastos associados a provas desportivas	120 492,26	178 390,48
- Comissões 2013	125 352,30	35 289,79
- Encargos financeiros	805,48	853,48
- Outros gastos	126 924,42	92 809,53
	1 418 512,60	**1 355 532,88**
Outras contas a pagar		
- Empresas associadas	674 105,80	10 438,26
- Fornecedores de Investimentos	83 139,48	102 636,23
- Recebimentos por conta	70 677,77	63 538,96
- Entidades oficiais	6 254,40	29 730,48
- Empresas do grupo	47,80	340 983,00
- Outros	20 177,91	78 079,14
	854 403,16	**625 406,07**
Total	**2 272 915,76**	**1 980 938,95**

De acordo com a legislação vigente, o direito a férias e ao correspondente subsídio é adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, o valor das férias, subsídio de férias e os respetivos encargos a pagar são contabilizados nos custos do exercício a que dizem respeito, por contrapartida de acréscimos de gastos, independentemente da data do respetivo pagamento.

23. Adiantamentos de clientes

A rubrica de adiantamento de clientes é referente ao adiantamento recebido da ACP Mediação de Seguros, SA relativo a comissões de seguros.

24. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

	2013	2012
Vendas	460 507,26	351 692,69
Prestações de serviços		
- Jóias e quotas dos sócios	14 113 046,15	14 560 899,10
- Rendimentos de protocolos diversos	1 796 419,38	1 905 807,44
- Rendimentos com patrocínios e publicidade	1 416 285,01	1 511 633,69
- Rendimentos com serviços de documentação	1 145 997,99	963 899,49
- Centros de exames de condução	911 308,69	975 218,31
- Rendimentos de inscrições em provas desportivas	931 089,40	862 315,17
- Serviços prestados a associadas	777 572,76	731 774,60
- Rendimentos com escolas de condução	516 862,84	509 480,16
- Outros rendimentos de relacionados com provas e eventos desportivos	314 506,92	335 303,07
- Outros serviços prestados	485 827,73	717 865,08
	22 408 916,87	**23 074 196,11**
	22 869 424,13	**23 425 888,80**

25. Subsídios à exploração

Os subsídios abaixo discriminados destinaram-se a apoiar a realização de provas desportivas e programas relacionados com a prevenção rodoviária, foram reconhecidos no exercício em que foram recebidos ou quando se verificaram as condições para o reconhecimento do rédito:

	2013	2012
Instituto Turismo Portugal	800 000,00	861 720,00
FIA - Federação Internacional do Automóvel	19 500,00	4 500,00
Aut. Nacional Seg. Rodoviária	5 826,00	11 883,26
Autarquias	1 000,00	20 000,00
Instituto Português do Desporto e Juventude	0,00	500 000,00
Outros	1 000,00	0,00
	827 326,00	**1 398 103,26**

26. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos é analisada como segue:

	2013	2012
Fornecimentos e Serviços Externos		
- Bases de Pronto Socorro	5 335 973,34	5 114 618,13
- Trabalhos Especializados	1 883 547,02	2 485 462,91
- Publicidade e Propaganda	1 701 174,96	1 363 056,04
- Rendas e Alugueres	1 472 334,87	1 182 116,54
- Deslocações e Estadas	906 830,22	1 007 511,89
- Vigilância e Segurança	630 511,86	896 352,48
- Comunicação	744 916,74	834 258,47
- Seguros	712 045,12	728 182,57
- Conservação e Reparação	639 613,98	499 417,96
- Honorários	390 101,91	375 063,63
- Serviços de preparação revista e guia	198 949,31	293 704,49
- Eletricidade	221 514,02	233 403,29
- Serviços de limpeza	166 424,77	201 994,50
- Outros subcontratos para os sócios	183 115,61	186 616,39
- Combustiveis	177 044,87	151 151,03
- Outros	423 870,50	517 502,25
	15 787 969,10	**16 070 412,57**

27. Gastos com o Pessoal

A rubrica de Gastos com o Pessoal é analisada como segue:

	2013	2012
Gastos com o Pessoal		
Remunerações	5 990 777,60	5 695 208,96
Encargos	1 199 842,26	1 134 045,87
Indemnizações	108 732,50	6 073,96
Equipamento para o pessoal	51 316,50	36 391,56
Seguros de grupo	47 916,43	47 228,69
Seguro de acidentes trabalho	42 647,98	40 907,24
Formação Profissional	11 289,75	46 846,45
Benefícios pós-emprego	2 779,85	91 285,61
Outros	22 916,26	32 062,93
	7 478 219,13	**7 130 051,27**

Durante o exercício de 2013 o ACP teve ao seu serviço, em média, 242 pessoas. Em 2012 tinha ao seu serviço 235 pessoas.

O ACP possui benefícios pós emprego atribuídos a colaboradores, os quais se encontram detalhados na nota 19.

28. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos é analisada como segue:

	2013	2012
Outros rendimentos e Ganhos		
Correções relativas a Exerc. Anteriores	114 098,64	64 554,67
Rendimentos suplementares	76 163,26	29 940,76
Rend. e ganhos em invest. não financ.	4 792,94	8 944,80
Ganhos em inventários	7 379,50	7 353,21
Restituição de Impostos	0,00	0,00
Outros	19 139,36	9 134,49
	221 573,70	**119 927,93**

29. Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros Gastos e Perdas é analisada como segue:

	2013	2012
Outros gastos e perdas		
Gastos da área desportiva	379 404,84	315 559,22
Serviços bancários	114 422,81	239 831,13
Ofertas a amostras de inventários	36 852,33	49 443,93
Quotizações	54 542,00	69 545,60
Correções relativas a Exerc. Anteriores	42 389,48	44 995,75
Donativos	54 542,00	123 000,00
Perdas em inventários	24 191,04	3 851,13
Impostos	25 325,69	55 879,88
Perdas anulação resp. ben. pós emprego	28 486,32	55 288,00
Outros	20 861,93	49 590,71
	781 018,44	**1 006 985,35**

30. Locações operacionais

O total dos futuros pagamentos mínimos não canceláveis apresenta-se como segue:

	Pagamentos < 1 Ano	Pagamentos entre 1 e 5 Anos	Pagamentos > 5 Ano	Total
Locações Operacionais Viaturas	192 240,75	95 776,14	0,00	288 016,89
	192 240,75	**95 776,14**	**0,00**	**288 016,89**

31. Garantias Bancárias

Foram solicitadas garantias bancárias a favor de terceiros:

Santander Totta - crédito de fiança e importações	4 239,78
BPI - aluguer de instalações	144 398,97
BPI - pensão de acidente de trabalho	15 727,08
	164 365,83

32. Divulgações exigidas por diplomas legais (honorários ROC, CSC 66ºA)

Embora o ACP não se encontra constituído sob a forma de sociedade, nos termos do artigo 66ºA do Código das Sociedades Comerciais informa-se o seguinte:

- Não existem operações relevantes que não estejam incluídas no Balanço ou descritas no seu anexo;
- O total de honorários faturados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas foi de 30 400,00 Euros, dos quais 22 000,00 Euros correspondem à Auditoria anual das contas e 8 400,00 Euros a serviços de consultoria fiscal.

O Diretor Financeiro
André Veloso Ferreira dos Santos (TOC nº 74174)

A Direção

CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras do Automóvel Club de Portugal, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 32.210.905 euros e um total de capital próprio de 17.023.973 euros, incluindo um resultado líquido de 128.096 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Automóvel Club de Portugal em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as Entidades do Sector Não Lucrativo.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 27 de Março de 2014

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
(n.º 189)
representada por
João Albino Cordeiro Augusto (ROC nº 632)

PARECER DA COMISSÃO REVISORA DE CONTAS

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, a Comissão Revisora de Contas acompanhou a atividade do ACP, durante o exercício de 2013, expressa de forma clara e detalhada no relatório de gestão da Direção.
A Comissão Revisora de Contas aprovou a apresentação das contas individuais e consolidadas e o relatório consolidado de gestão, tendo para o efeito examinado igualmente o Relatório dos Auditores Externos.
Nestes termos a Comissão Revisora é de parecer que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como os demais documentos de prestação de contas, estão em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e apresentam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira e patrimonial do Club.
Assim propomos que sejam aprovados:

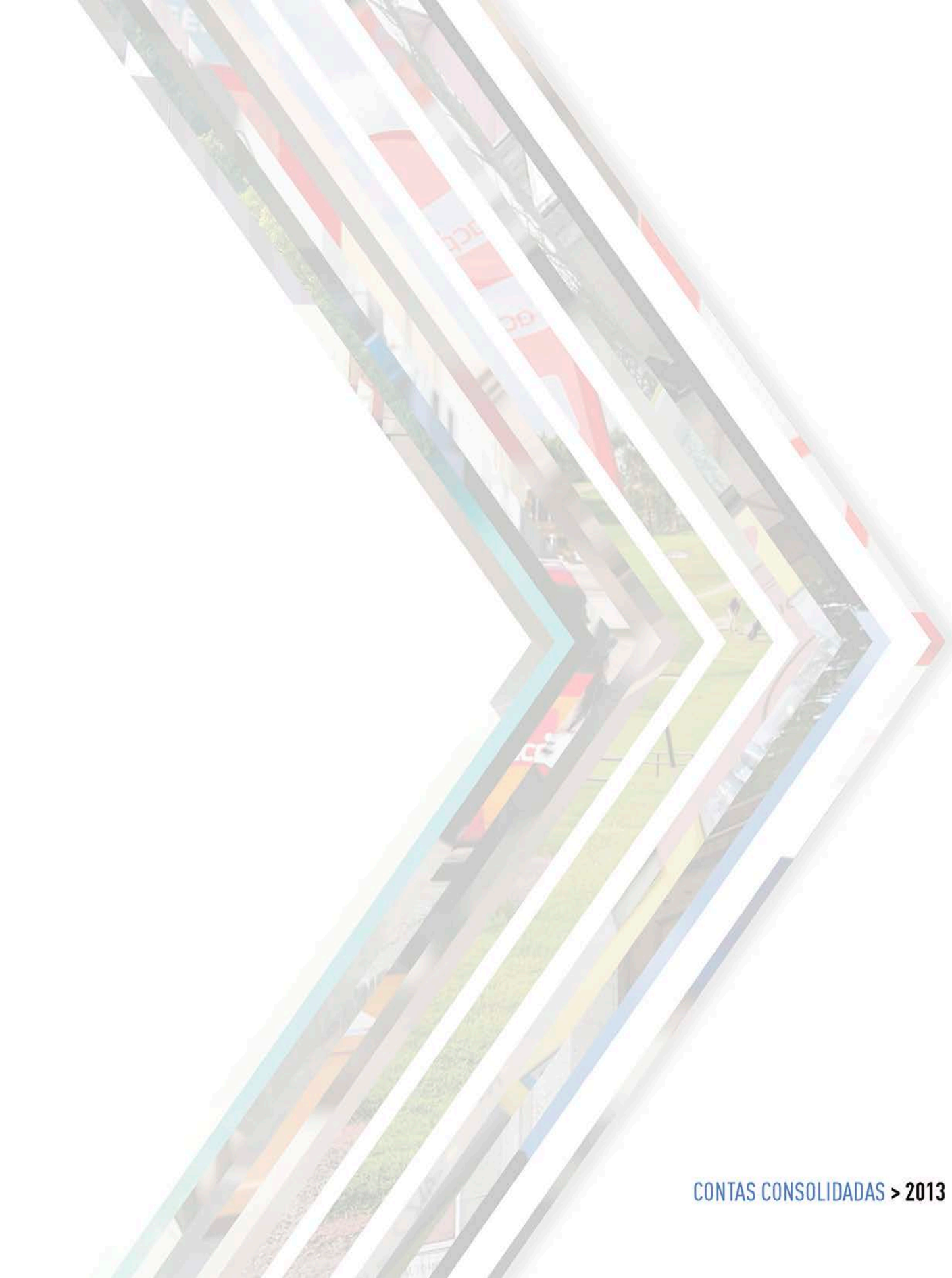
1. O relatório de gestão e as contas individuais, bem como as contas consolidadas e o relatório consolidado de gestão do exercício de 2013, apresentado pela Direção;

2. A proposta de Direção quanto à aplicação de resultados:

Fundo Social: € -1.569.352,42
Ajustamentos de partes de capital
em filiais e associadas: € 1.697.448,46
TOTAL: € 128.096,04

Lisboa, 27 de Março de 2014

Manuel Alfredo da Cunha Jose de Mello
António Maria da Silva Ferreira Nunes
Alice Eugénia de Bettencourt Conceição Rodrigues Reis
Vasco Guedes Corrêa Mendes
Frederico Carvalhosa Mendes de Almeida



CONTAS CONSOLIDADAS > **2013**

Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (Unidade: Euros)

Rubricas	Notas	Datas	
		31/Dez/13	31/Dez/12
Ativo			
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	11 241 172,07	12 186 127,54
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Goodwill	9	4 919 187,04	0,00
Ativos intangíveis	10	341,14	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	11	7 019 772,91	11 244 000,00
Participações financeiras - outros métodos		0,00	0,00
Associados		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		6,50	0,00
Ativos por impostos diferidos	12	109 961,70	191 707,42
		23 290 441,36	23 621 834,96
Activo Corrente			
Inventários	13	514 082,76	566 102,95
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes	14	4 182 272,67	2 245 779,57
Adiantamentos a fornecedores	15	31 701,72	79 148,33
Estado e outros entes públicos	14; 16	212 167,50	200 326,42
Associados	14	497 505,78	374 096,67
Outras contas a receber	14; 17	486 550,43	567 161,83
Diferimentos	18	396 994,31	355 941,77
Ativos financeiros detidos para negociação	19	2 289,67	2 289,67
Outros ativos financeiros	4	79 880,76	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	5 004 320,53	5 373 599,27
		11 407 766,13	**9 764 446,48**
Total do Ativo		**34 698 207,49**	**33 386 281,44**
Fundos patrimoniais e Passivo			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	20	16 335 830,96	15 152 597,12
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		0,00	0,00
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		0,00	0,00
Ajustamentos em ativos financeiros	20	509 896,26	1 260 836,62
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00
Resultado líquido do período		180 993,88	451 993,72
		17 026 721,10	**16 865 427,46**
Interesses minoritários		112 770,99	0,00
Total dos Fundos Patrimoniais		**17 139 492,09**	**16 865 427,46**
Passivo:			
Passivo não corrente			
Provisões	21	295 413,11	558 427,81
Financiamentos obtidos	22	2 061 760,93	2 325 296,60
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	23	811 640,08	908 981,45
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		3 168 814,12	**3 792 705,86**
Passivo corrente			
Fornecedores		5 001 832,81	3 052 756,92
Adiantamentos de clientes		24 032,58	768 630,19
Estado e outros entes públicos	16	880 464,42	764 497,40
Associados	24	1 158 607,68	1 091 426,98
Financiamentos obtidos	22	266 550,61	263 181,35
Outras contas a pagar	25	3 837 319,42	3 434 973,90
Diferimentos	18	3 221 093,76	3 352 681,38
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		14 389 901,28	**12 728 148,12**
Total do Passivo		**17 558 715,40**	**16 520 853,98**
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		**34 698 207,49**	**33 386 281,44**

Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2013 (Unidade: Euros)

Rubricas	Notas	Datas	
		31/Dez/13	31/Dez/12
Vendas e serviços prestados	26	30 052 633,37	29 538 270,84
Subsídios, doações e legados à exploração	27	827 326,00	1 398 103,26
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	11	410 432,87	468 759,89
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13	(706 134,53)	(563 659,69)
Fornecimentos e serviços externos	28	(15 246 901,30)	(15 844 686,24)
Gastos com o pessoal	29	(13 151 258,31)	(12 486 619,71)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	13	(24 191,04)	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14	(25 622,79)	(205 665,89)
Provisões (aumentos/reduções)	21	230 825,34	1 588 877,72
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		(13 600,00)	(1 111 397,93)
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	56,23
Outros rendimentos e ganhos	30	603 355,36	434 912,00
Outros gastos e perdas	31	(975 365,63)	(1 274 029,27)
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		**1 981 499,34**	**1 942 921,21**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8;10	(1 387 924,49)	(1 413 713,90)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		(5 759,57)	0,00
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		**587 815,28**	**529 207,31**
Juros e rendimentos similares obtidos		153 888,05	205 819,63
Juros e gastos similares suportados		(28 323,46)	(44 141,75)
Resultado Antes de Impostos		**713 379,87**	**690 885,19**
Imposto sobre o rendimento do período	12	(532 385,99)	(238 891,47)
Resultado Líquido do Período		**180 993,88**	**451 993,72**
Resultado líquido do período atribuível a:		**180 993,88**	**451 993,72**
Detentores do capital empresa-mãe		89 145,88	451 993,72
Interesses minoritários		91 848,00	0,00

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 (Unidade: Euros)

Rubricas	Notas	Datas	
		31/Dez/13	31/Dez/12
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais - Método Direto			
Recebimentos de clientes		33 873 762,55	28 446 683,06
Pagamentos a fornecedores		(19 481 252,01)	(16 067 237,14)
Pagamentos ao pessoal		(13 003 470,55)	(12 544 609,44)
Caixa Gerada pelas Operações		**1 389 039,99**	**(165 163,52)**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(395 678,75)	26 487,96
Outros recebimentos/pagamentos		40 213,11	1 997 952,33
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		1 033 574,35	1 859 276,77
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(346 363,02)	(1 000 166,97)
Ativos intangíveis		(511,68)	0,00
Investimentos financeiros		(5 257 506,50)	0,00
Outros ativos		0,00	(754,44)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		20 140,02	29 004,14
Investimentos financeiros		3 415 597,44	13 586,64
Outros ativos		0,00	149 000,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		129 478,03	174 364,80
Dividendos		1 200 000,00	300 000,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		**(839 165,71)**	**(334 965,83)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		3 498,67	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(500 000,00)	0,00
Juros e gastos similares		(30 476,85)	(48 143,85)
Dividendos		(600 000,00)	0,00
Reduções de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		(230 769,24)	(232 798,24)
Fluxos de caixa das Atividades de Financiamento (3)		**(1 357 747,42)**	**(280 942,09)**
Variação de Caixa e seus Equivalentes (1+2+3)		**(1 163 338,78)**	**1 243 368,85**
Efeito das Diferenças de Câmbio			
Efeito da alteração no perímetro de consolidação		**873 940,80**	
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período		**5 373 599,27**	**4 130 230,42**
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período		**5 084 201,29**	**5 373 599,27**

Demonstração Consolidada das Alterações nos fundos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2013

Descrição	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transit.
Posição no Inicio do Período de 2012 (1)		**17 530 126,28**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Alterações no Período					
Primeira adopção de novo referencial contabilístico					
Alterações de políticas contabilísticas					
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras					
Realização excedente revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis					
Exced.reval. ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações					
Ajustamentos por impostos diferidos					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		(2 377 529,16)			
(2)		**(2 377 529,16)**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Resultado Líquido do Período (3)					
Resultado Íntegral (4=2+3)					
Operações com Detentores de Capital no Período					
Fundos					
Subsídios, doações e legados					
Outras operações					
(5)		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Posição no Fim do Período de 2012 (6=1+2+3+5)		**15 152 597,12**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Posição no Inicio do Período de 2013 (6)		**15 152 597,12**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Alterações no Período					
Primeira adopção de novo referencial contabilístico					
Alterações de políticas contabilísticas					
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras					
Realização excedente revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis					
Exced.reval. ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações					
Ajustamentos por impostos diferidos					
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		1 183 233,84			
(7)		1 183 233,84	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período (8)					
Resultado Íntegral (9=7+8)					
Operações com Instituidores no Período					
Fundos					
Subsídios, doações e legados					
Outras operações					
(10)		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Posição no Fim do Período de 2013 (6+7+8+10)		**16 335 830,96**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Interesses Minorit.	Total dos fundos patrimoniais
Ajustam. em Ativos Financeiros	Excedentes de Revaloriz.	Outras Variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total		
1 239 973,40	0,00	0,00	(2 356 665,94)	16 413 433,74		16 413 433,74
				0,00		0,00
				0,00		0,00
				0,00		0,00
				0,00		0,00
				0,00		0,00
				0,00		0,00
20 863,22			2 356 665,94	0,00		0,00
20 863,22	0,00	0,00	2 356 665,94	0,00	0,00	0,00
			451 993,72	451 993,72		451 993,72
		0,00	2 808 659,66	2 808 659,66	0,00	2 808 659,66
				0,00		0,00
				0,00		0,00
				0,00		0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1 260 836,62	0,00	0,00	451 993,72	16 865 427,46	0,00	16 865 427,46
1 260 836,62	0,00	0,00	451 993,72	16 865 427,46	0,00	16 865 427,46
				0,00		0,00
				0,00		0,00
				0,00		0,00
				0,00		0,00
				0,00		0,00
				0,00		0,00
(750 940,36)			(451 993,72)	(19 700,24)		(19 700,24)
(750 940,36)	0,00	0,00	(451 993,72)	(19 700,24)	0,00	(19 700,24)
			180 993,88	180 993,88	112 770,99	293 764,87
		0,00	(270 999,84)	(270 999,84)	112 770,99	(158 228,85)
				0,00		0,00
				0,00		0,00
				0,00		0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
509 896,26	0,00	0,00	180 993,88	17 026 721,10	112 770,99	17 139 492,09

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em Euros)

1. Identificação da Entidade

O ACP – Automóvel Club de Portugal (adiante designado por ACP) é uma pessoa coletiva de utilidade pública (NIPC 500700800), fundada em 1903, tendo como objeto estatutário a promoção e o desenvolvimento do automobilismo e do turismo, sobretudo no que respeita à defesa dos interesses dos seus associados e em todos os campos relacionados com aqueles objetivos.

O ACP tem sede na Rua Rosa Araújo, 24, 1250-195 Lisboa.

Constituem receitas do ACP, essencialmente, as joias e as quotas pagas pelos sócios, as quais têm como contrapartida a utilização de bens e serviços que o ACP proporciona aos seus associados em todos os campos relacionados com os objetivos acima referidos, incluindo a prestação de serviços de assistência em viagem, os quais são essencialmente prestados pela ACP Serviços de Assistência, Lda.

Todos os valores apresentados são expressos em euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 As demonstrações financeiras do ACP foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e do Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº. 158/2009.

O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), pelos Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), pelo Código de Contas (CC), pelas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), pelas Normas Interpretativas e pela Estrutura Conceptual.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, são expressas em euros e, foram preparadas segundo os pressupostos da continuidade e em conformidade com o regime de acréscimo, no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos,

fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, da substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2013 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2012.

2.2 Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

2.3 Não existem contas de balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

2.4 As demonstrações financeiras incluem informação comparativa com referência a 31 de Dezembro de 2012, preparada de acordo com o SNC e do relato financeiro para entidades do setor não lucrativo.

A adoção das NCRF-ESNL, reportada a 1 de Janeiro de 2012, não teve qualquer impacto sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados, bem como sobre os fundos patrimoniais do ACP.

3. Principais políticas contabilísticas, estimativas e julgamentos relevantes

As principais políticas contabílisticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL requer que a Direção formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Bases de Consolidação

As empresas do grupo ou subsidiárias são consolidadas pelo método de consolidação integral. São consideradas empresas do grupo as empresas controladas pelo ACP. Existe controlo quando o ACP tem o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma. Pressupõe-se a existência de controlo quando a participação direta ou indireta é superior a 50% ou quando o ACP tem o poder de designar mais de metade dos membros do órgão de gestão ou quando o ACP tem mais de metade dos direitos de voto.

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o ACP adquire a influência significativa direta ou indireta até ao momento em que a mesma termina, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para o ACP, caso em que seria usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais o ACP tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que o ACP exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de gestão de direção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transações materiais entre o ACP e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

O goodwill relacionado com uma associada é incluído na quantia escriturada do investimento. Contudo, a amortização desse goodwill não é permitida e não é portanto incluída na determinação da parte do investidor nos resultados da associada.

Qualquer excesso da parte do investidor no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada acima do custo do investimento é excluído da quantia escriturada do investimento e é incluído como rendimento na determinação da parte do investidor nos resultados da associada do período em que o investimento é adquirido.

Dado que o goodwill incluído na quantia escriturada de um investimento, quando aplicado o método de equivalência patrimonial, não é reconhecido separadamente, a totalidade da quantia escriturada do investimento é testada

quanto à imparidade, quando existam indicadores que indiciem que a associada possa estar em imparidade, comparando a sua quantia recuperável com a sua quantia escriturada do investimento.

O goodwill é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, com exceção dos mencionados no parágrafo seguinte, encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as NCRF-ESNL o ACP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7. Os ativos adquiridos até 31 de Dezembro de 1998 foram reavaliados de acordo com as disposições legais em vigor. Nos exercícios seguintes às reavaliações do seu imobilizado, através da aplicação da respetiva disposição legal foi transferida a totalidade do valor da reserva de reavaliação para o Fundo Social.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o ACP.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

O ACP procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As depreciações são calculadas segundo o método da linha reta, por referência ao início do exercício em que os bens entram em funcionamento, e dentro dos limites das taxas estabelecidas para fins fiscais nos termos do Decreto-

-Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro, as quais se considera traduzirem satisfatoriamente a vida útil esperada dos bens, com exceção dos veículos utilizados no ensino da condução, os quais têm um período de vida útil de 8 anos e um valor residual correspondente a 10% do respetivo valor de aquisição.

As depreciações são calculadas sobre as quantias depreciáveis que correspondem ao custo do ativo deduzido do respetivo valor residual. As taxas de depreciação mais relevantes são as seguintes:

	Taxas	Vida Útil
Edifícios e outras construções	1,25% - 20%	5 anos - 80 anos
Equipamento básico	10,0% - 20%	5 anos - 10 anos
Equipamento de transporte	12,5% - 25%	4 anos - 8 anos
Ferramentas e utensílios	20% - 25%	4 anos - 5 anos
Equipamento administrativo	12,5% - 33,33%	3 anos - 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	12,5% - 20%	5 anos - 8 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para fundo social.

São classificados como ativos fixos tangíveis os ativos subjacentes aos contratos de locação financeira, nos quais se verifique a transferência para o locatário de todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

c) Locações

O ACP classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Os pagamentos e recebimentos efetuados pelo ACP à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos ou rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos diretos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

d) Impostos sobre o rendimento do período
O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável do ACP e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) do ACP, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede do ACP.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expetativa atual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentos em fundos patrimoniais, facto que implica o seu reconhecimento em fundos patrimoniais.

Os impostos diferidos reconhecidos nos fundos patrimoniais, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade, com o estabelecido no parágrafo 16.6 das NCRF-ESNL, o ACP procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que:

• Possuir um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e
• Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

e) Inventários
Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de

compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

O ACP reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

f) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

g) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

h) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.
Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.
Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Quando um ganho ou uma perda num item não monetário é reconhecido diretamente nos fundos patrimoniais, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida diretamente nos fundos patrimoniais. Quando um ganho ou uma perda com um item não monetário é reconhecido nos resultados, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida nos resultados.

i) Subsídios

Os subsídios concedidos pelo governo, autarquias ou associações internacionais não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Fundos Patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que o ACP cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato ao ACP sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio do governo ou de autarquias tomar a forma de transferência de um ativo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso do ACP, é usual avaliar o justo valor do ativo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o ativo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios do Governo ou de autarquias não condicionais que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, o subsídio do Governo se torna recebível.

Os subsídios do Governo ou de autarquias condicionais que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas aos subsídios do Governo ou de autarquias.

j) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São reconhecidas provisões quando:

- O ACP tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Provisões para contratos onerosos

O ACP reconhece uma provisão para contratos onerosos sempre que os custos não evitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios económicos que se espera sejam recebidos ao abrigo do mesmo.

Provisões para reestruturação

O ACP constituiu uma provisão para reestruturação quando existe uma obrigação construtiva de reestruturar, nomeadamente:

- Existe um plano formal detalhado para a reestruturação que identifica:
- O negócio ou parte de um negócio em questão;
- As principais localizações afetadas;
- A localização, função e número aproximado de empregados que receberão retribuições pela cessação dos seus serviços;
- Os dispêndios que serão levados a efeito; e,
- Quando será implementado o plano; e,
- Foi criada uma expectativa válida nos afetados de que levará a efeito a reestruturação ao começar a implementar esse plano ou ao anunciar as suas principais características aos afetados por ele.

A provisão para reestruturação inclui os dispêndios diretos provenientes da reestruturação que são os que sejam quer necessariamente consequentes da reestruturação, quer não associados com as atividades continuadas da entidade. A provisão para reestruturação não inclui os gastos de voltar a treinar ou deslocalizar pessoal que continua, comercialização e investimento em novos sistemas e redes de distribuição e que são reconhecidos na mesma base como se surgissem independentemente de uma reestruturação nos gastos do período em que ocorrem.

Os ganhos esperados na alienação de ativos não são tidos em consideração na mensuração de uma provisão de reestruturação, mesmo se a venda de

ativos for vista como parte da reestruturação.

k) Benefícios dos empregados
O ACP reconhece em gastos os benefícios a curto prazo de empregados para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo após a dedução da quantia já paga ou de um ativo na extensão e que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

Em complemento aos benefícios concedidos pelo regime de Segurança Social, os empregados do ACP admitidos até 1 de Março de 1992 beneficiam de um plano complementar de pensões de reforma. Este plano pressupõe que cada participante terá direito, à data normal de reforma (65 anos), a uma pensão de reforma mensal, pagável 13 vezes ao ano, calculada segundo uma fórmula definida pelo plano.

O complemento de reforma existente no ACP corresponde a um plano de benefício definido, uma vez que define os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

As responsabilidades do ACP com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de Empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos em reservas, de acordo com o método alternativo que é permitido pelo IAS 19 – Benefícios de Empregados, adotada pelo texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

O ACP reconhece como um gasto, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos ativos do fundo, e (iv) o efeito das reformas antecipadas.

l) Ativos e passivos contingentes
O ACP não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.
Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuadamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.
Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, o ACP divulga o respetivo passivo contingente.

m) Reconhecimento de gastos e rendimentos
Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

n) Rédito
O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:
• O ACP tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
• O ACP não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
• A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
• Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
• Os gastos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser estimado com fiabilidade. O desfecho de uma transação pode ser estimado com fiabilidade quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

• A quantia de rédito possa ser mensurada com fiabilidade;
• Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o ACP;
• A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser mensurada com fiabilidade; e
• Os gastos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito das quotas de sócio é reconhecido durante os exercícios a que as mesmas correspondem. O rédito das joias é reconhecido no momento da sua faturação.

O valor do diferimento é apurado recorrendo a estimativas efetuadas através da base de dados dos sócios das quotas emitidas em 2013, mas que abrangem uma parte do ano de 2014. O valor apurado é diferido não sendo reconhecido o respetivo rédito no exercício.

O rédito associado com as vendas de viagens é registado pela margem no caso das viagens não exclusivas e pelo grosso no caso das viagens exclusivas.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

o) Gastos e rendimentos de financiamentos
Os gastos e rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas antes dos financiamentos serem utilizados e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo pelo método do custo amortizado.

p) Acontecimentos após a data de Balanço
As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 18 de Março de 2014, data em que foram aprovadas pela Direção do ACP.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

q) Instrumentos financeiros
O ACP reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de fundos patrimoniais apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou

juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os custos iniciais não incluem os custos de transação dos ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

O ACP mensura os seus ativos e passivos financeiros em cada data de relato ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

O ACP mensura os instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade quando satisfazem as seguintes condições:

• Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
• Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante;
• Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

r) Imparidade
Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

3.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF-ESNL requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, fundos patrimoniais, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o enten-

dimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pelo ACP e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo ACP é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo ACP, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Direção considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do ACP e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

a) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda
O ACP determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do ACP.

b) Provisões
A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

c) Justo valor dos instrumentos financeiros
O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

d) Imparidade dos ativos não correntes e Goodwill
Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

O ACP revê com uma periodicidade anual os pressupostos que estão na base do julgamento da existência ou não de imparidade no goodwill resultante das aquisições de participações em empresas subsidiárias. Os pressupostos utilizados são sensíveis a alterações dos indicadores macroeconómicos e os pressupostos do negócio utilizado pela gestão. O goodwill em empresas associadas é testado sempre que existam circunstâncias que indiciem a existência de imparidade.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e do goodwill pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados do ACP.

e) Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores
As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pelo ACP da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

f) Impostos sobre os lucros
Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo ACP, durante um período de quatro ou seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do ACP, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

g) Pensões e outros benefícios a empregados
A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos gastos e nas responsabili-

dades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pela Direção do ACP situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade do ACP.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3. Adicionalmente, e apesar do ACP não se encontrar sujeito ao Código das Sociedades Comerciais vem contudo informar as principais políticas de gestão de risco, de acordo com o previsto no artigo 66º do mencionado código:

a) Risco de preço / mercado
As operações de negócios em moeda estrangeira, especialmente na compra e venda, expõem a entidade a riscos cambiais, como resultado de flutuações nas taxas de câmbio. No entanto, grande parte das transações é efetuada com entidades do Espaço Comunitário, sendo o risco de exposição cambial residual. No que respeita às variações nas taxas de juro, atendendo ao empréstimo de médio e longo prazo existente, cujos juros contratuais têm por base uma taxa variável, o ACP monitoriza regularmente a evolução do mercado, no sentido de poder utilizar uma estratégia de cobertura do risco de taxa de juro. Uma vez que os contratos com fornecedores / clientes não preveem o vencimento de juros e que os contratos de locação financeira têm valores baixos a gestão entende que o risco se confina ao risco de taxa de juro subjacente ao empréstimo de médio e longo prazo e que o mesmo está avaliado.

b) Risco de liquidez / crédito / fluxos de caixa
O financiamento do ACP resulta dos respetivos meios libertos, não sendo habitual para a satisfação dos seus compromissos o recurso ao financiamento bancário. O foco da empresa é sobre a gestão de capital circulante e despesas de capital. Como consequência da sua política de gestão do ativo circulante e da sua eficiente gestão, a empresa dispõe atualmente de uma situação confortável em termos de liquidez. Não obstante, os principais riscos decorrem dos compromissos assumidos com os fornecedores e da eventual falta de pagamento dos seus clientes. No entanto, a empresa mantém políticas regulares de cobrança e regularização dos seus compromissos.

4. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O ACP classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A rubrica caixa e depósitos bancários decompõe-se como se segue:

	2013	2012
Caixa	61 656,07	72 364,79
Depósitos à Ordem	1 109 161,77	1 300 731,88
Depósitos a Prazo	3 833 502,69	4 000 502,60
	5 004 320,53	**5 373 599,27**

Está contabilizado como Outros ativos financeiros um seguro de capitalização, cujo valor, em 31 de Dezembro de 2013, ascende a 79 880,76 euros.

A 31 de Dezembro de 2013 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Os depósitos a prazo estão disponíveis para uso, garantindo a sua mobilização imediata apenas com a perda dos juros vencidos. Do total de 3.833.502,69 euros dos depósitos a prazo, está afeto às provisões não-técnicas (ACP Mobilidade), o valor de 1.100.000 euros.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

O ACP aplicou pela primeira vez as NCRF-ESNL no presente período, não tendo registado quaisquer impactos nos seus fundos patrimoniais.

No presente período, o ACP não alterou as estimativas contabilísticas nem procedeu ao registo de qualquer erro.

6. Consolidação

6.1 Perímetro de Consolidação

Empresa participada	Participação directa / indirecta	Método de Consolidação
ACP Serviços de Assistência	100,00%	Integral
ACP Motorsport	100,00%	Integral
ACP Viagens e Turismo	100,00%	Integral
ACP Mobilidade	100,00%	Integral
ACP Mediação de Seguros	75,00%	Integral
ACP Comunicações	100,00%	Integral
Villas Boas ACP	33,00%	Equivalência patrimonial

Em 2013, passou a integrar o perímetro de consolidação a empresa ACP Mediação de Seguros, SA, sendo a mesma consolidada pelo método de consolidação integral.

6.2 Plano de contas do setor segurador

As demonstrações financeiras da ACP Mobilidade, SA foram preparadas de harmonia com os princípios contabilísticos definidos no Plano de Contas para o Setor Segurador, bem como de acordo com as IFRS aprovadas pela UE em vigor nessa data, que incluem os standards emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

Para efeitos da sua consolidação nas contas consolidadas do Grupo ACP foram as mesmas convertidas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística.

Em termos das principais rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados o quadro seguinte sintetiza a conversão efetuada:

ACP Mobilidade	ACP Consolidado
Ativo	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	Caixa e depósitos bancários
Outros depósitos	Caixa e depósitos bancários
Terrenos e edifícios de rendimento	Propriedades de investimento
Outros ativos tangíveis	Ativos fixos tangíveis
Contas a receber por operações de seguro direto	Clientes
Contas a receber por outras operações de resseguro	Clientes
Contas a receber por outras operações	Outras contas a receber
Ativos por impostos correntes	Estado e outros entes públicos
Ativos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos
Acréscimos e diferimentos	Outras contas a receber/Diferimentos
Passivo	
Provisão para prémios não adquiridos	Diferimentos
Provisão para sinistros	Outras contas a pagar (acréscimos de gastos)
Outros passivos financeiros - passivos subordinados	Empréstimos obtidos
Contas a pagar por operações de seguro direto	Fornecedores
Contas a pagar por outras operações	Outras contas a pagar
Passivos por impostos correntes	Estado e outros entes públicos
Acréscimos e diferimentos	Outras contas a receber/Diferimentos
Rendimentos	
Prémios brutos emitidos	Vendas e serviços prestados
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	Vendas e serviços prestados
Custos com sinistros, líquidos de resseguro - montantes brutos	Fornecimentos e Serviços Externos
Provisão para sinistros (variação)	Fornecimentos e Serviços Externos
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	Juros e rendimentos similares obtidos

Foram excluídas as rubricas que não apresentam valores após os ajustamentos de consolidação.

7. Partes relacionadas

As transações realizadas entre o Grupo ACP e as suas partes relacionadas são realizadas a preços de mercado.

Os rendimentos correspondem essencialmente a comissões e os gastos aos seguros do grupo.

i. Empresas associadas

	Transações		Saldos		
	Rend. Op.	Gastos Op.	Aquisição Inv. Fin.	Outras contas a pagar (oper.)	Outras contas a pagar (Inv. Fin.)
Villas Boas ACP	-	219 690,51	2 628 750,00	(17 914,02)	(656 140,00)
	0,00	**219 690,51**	**2 628 750,00**	**(17 914,02)**	**(656 140,00)**

	Saldos				
	Clientes	Fornecedores	Adiantamento Clientes	Outras contas rec./ pagar	Inv. Financeiros
Villas Boas ACP	-	-	-	(656 140,00)	-
	0,00	**0,00**	**0,00**	**(656 140,00)**	**0,00**

O ACP adquiriu 37,5% do capital da ACP Mediação de Seguros, SA à Villas Boas ACP por 2.628.750,00 euros e 37,5% do capital da ACP Mediação de Seguros, SA à Moragri SGPS pelo mesmo valor.

Simultaneamente alienou 17% do capital da Villas Boas ACP, SA à Moragri SGPS por 3.401.360,00 euros.

Em 31 de Dezembro de 2012 a Moragri, SGPS detinha 50% da Villas Boas ACP, SA passando a deter 67% após a operação acima descrita.

ii. Pessoal-chave da gestão

As remunerações globais dos órgãos de gestão das empresas do grupo são as seguintes:

	2013	2012
Remunerações	408 672,26	251 115,08
Encargos Sociais	71 056,15	33 654,02
Outros encargos	5 828,76	5 679,68
	485 557,17	**290 448,78**

Em 2013 as remunerações dizem respeito a 5 elementos dos órgãos de gestão, em 2012 correspondem a 3. Um dos elementos de um dos órgãos de

gestão integra o plano complementar de pensões atribuído a trabalhadores admitidos antes de 1992.

8. Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Inicio do Período			Final do Período		
	Quantia Escriturada Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Saldo	Quantia Escriturada Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Saldo
Ativos Fixos Tangíveis						
Terrenos e Recursos Naturais	1 608 890,89		1 608 890,89	1 608 890,89		1 608 890,89
Edifícios e outras construções	20 777 914,66	11 200 463,74	9 577 450,92	20 928 531,11	12 008 193,24	8 920 337,87
Equipamento básico	3 107 113,41	2 776 585,30	330 528,11	3 195 608,81	2 914 108,33	281 500,48
Equipamento de transporte	2 399 151,79	2 111 940,45	287 211,34	2 049 196,12	1 903 082,52	146 113,60
Equipamento administrativo	7 215 273,55	6 919 368,40	295 905,15	5 997 901,78	5 800 133,68	197 768,10
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	(2 009,70)	(2 429,70)	420,00
Investimentos em Curso	86 141,13	0,00	86 141,13	86 141,13	0,00	86 141,13
	35 194 485,43	**23 008 357,89**	**12 186 127,54**	**33 864 260,14**	**22 623 088,07**	**11 241 172,07**

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis, durante o ano 2013 são analisados como segue:

	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Trs. e Abates	Depreciações	Reversões de Depreciações	Regulari-zações	Saldo Final
Ativos Fixos Tangíveis								
Terrenos e Recursos Naturais	1 608 890,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 608 890,89
Edifícios e outras construções	9 577 450,92	226 188,01		(75 571,56)	(883 301,06)	0,00	75 571,56	8 920 337,87
Equipamento básico	330 528,11	138 136,71	(16 556,26)	(33 085,05)	(187 238,76)	0,00	49 715,73	281 500,48
Equipamento de transporte	287 211,34	0,00	(322 017,50)	(27 938,17)	(137 984,41)	0,00	346 842,34	146 113,60
Equipamento administrativo	295 905,15	83 888,65	(149,64)	(1 301 110,78)	(178 917,20)	0,00	1 298 151,92	197 768,10
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	630,00		(2 639,70)	(210,00)	0,00	2 639,70	420,00
Investimentos em Curso	86 141,13	0,00						86 141,13
	12 186 127,54	**448 843,37**	**(338 723,40)**	**(1 440 345,26)**	**(1 387 651,43)**	**0,00**	**1 776 047,82**	**11 241 172,07**

Os ativos nos seguintes montantes estão dados como garantia de cumprimento de passivos, nas formas apresentadas:

	Quantia Escriturada Bruta	Garantias de Passivos
Ativos Fixos Tangíveis		
Edifícios e outras construções	6 356 734,77	Hipoteca
Equipamento de transporte	205 593,33	Reserva de Propriedade
Equipamento administrativo	7 626,00	Reserva de Propriedade
	6 569 954,10	

O valor da hipoteca está limitado ao capital em dívida, acrescido de eventuais juros e despesas.

A 31 de Dezembro de 2013, o grupo ACP possui 213.219 euros de Ativos Fixos Tangíveis em regime de locação financeira.

As locações financeiras incluídas nos fornecedores de investimentos podem ser analisadas como segue:

	Valor de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
Locações Financeiras			
Equipamento de transporte	205 593,33	192 380,31	13 213,02
Equipamento Administrativo	7 626,00	3 050,40	4 575,60
	213 219,33	**195 430,71**	**17 788,62**

Os respetivos pagamentos mínimos futuros e o valor presente são analisados como segue:

	< 1 Ano		Entre 1 e 5 Anos		> 5 Ano		Total	
	Pagamentos Mínimos Futuros	Valor Presente	Pagamentos Mínimos Futuros	Valor Presente	Pagamentos Mínimos Futuros	Valor Presente	Pagamentos Mínimos Futuros	Valor Presente
Locações Financeiras								
Equipamento de transporte	48 006,13	46 972,37	57 348,75	53 673,73			105 354,88	100 646,10
Equipamento administrativo	2 612,40	2 612,40	606,39	577,24			3 218,79	3 189,64
	50 618,53	**49 584,77**	**57 955,14**	**54 250,97**	**0,00**	**0,00**	**108 573,67**	**103 835,74**

Todas as locações financeiras têm opção de compra no final do contrato através do pagamento do Valor Residual.

A taxa de atualização utilizada para o cálculo dos valores presentes, foi de 4,45%, correspondente à taxa swap para operações de maturidade similar (0,45%) acrescida de um spread de 4%, de acordo com as taxas de mercado.

9. Goodwill

A rubrica de goodwill, resultante da diferença entre o valor de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida das empresas à data da aquisição numa concentração de atividades empresariais, corresponde à aquisição da participação na ACP Mediação de Seguros, SA. O valor do Goodwill a 31 de Dezembro são 4 919 187,04 euros.

10. Ativos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Inicio do Período			Final do Período		
	Quantia Escriturada Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Saldo	Quantia Escriturada Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Saldo
Ativos Intangíveis						
Programas de computadores	0,00	0,00	0,00	614,20	273,06	341,14
	0,00	**0,00**	**0,00**	**614,20**	**273,06**	**341,14**

Os movimentos na rubrica de ativos intangíveis, durante o ano 2013 são analisados como segue:

	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Trs. e Abates	Depreciações	Reversões de Depreciações	Saldo Final
Ativos Intangíveis							
Programas de computadores	0,00	614,20	0,00	0,00	(273,06)	0,00	341,14
	0,00	**614,20**	**0,00**	**0,00**	**(273,06)**	**0,00**	**341,14**

11. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

11.1 Investimentos em associadas

O ACP detém uma participação de 33% na empresa Villas Boas ACP (em 2012 a participação era de 50%, tendo alienado 17% do capital em 2013) a qual se encontra apresentada nos quadros seguintes:

	Investimentos Financeiros					
	Valor 31/12/2012	Ajustamento invest.finan.	Alienação	Dividendos	Equivalência patrimonial	Valor 31/12/2013
% de participação direta	50%					33%
% de participação indireta	50%					33%
Partes de capital em empresas associadas						
Villas Boas ACP, SA (Met. Eq. Patrimonial)	2 926 552,65	(19 699,96)	(587 027,90)	(1 200 000,00)	410 432,87	1 530 257,66
Villas Boas ACP, SA (Goodwill)	8 317 447,35	0,00	(2 827 932,10)	0,00	0,00	5 489 515,25
Total	**11 244 000,00**	**(19 699,96)**	**(3 414 960,00)**	**(1 200 000,00)**	**410 432,87**	**7 019 772,91**

O quadro seguinte apresenta a principal informação financeira da empresa associada:

	Informação Financeira					
	Activo Total	Passivo Total	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Volume Negócios	Ano
Villas Boas ACP, SA	22 545 595,06	16 820 064,08	5 725 530,98	2 311 825,61	6 695 947,98	2013

12. Impostos sobre o rendimento:

Nos termos preconizados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o ACP configura um sujeito passivo do imposto, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, auferindo rendimentos não sujeitos a IRC, como sejam as quotas pagas pelos seus associados, bem como os subsídios destinados à realização dos seus fins estatutários.
Os rendimentos das restantes empresas incluídas no perímetro de consolidação estão sujeitos a IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um perí-

odo de quatro anos, contado a partir do exercício a que respeitam (dez anos para a Segurança Social, para exercícios até 2001 inclusive, cinco anos após 2001).

Conforme referido na Nota 3 d), o IRC é calculado de acordo com a legislação e taxas aplicáveis, nomeadamente no nº 4 do art.º 80º do CIRC. Na circunstância não existe matéria coletável em relação ao exercício de 2013, correspondendo o encargo com imposto sobre o rendimento do exercício à tributação autónoma de despesas específicas.

O ACP apresenta diferenças temporárias decorrentes da amortização de ativos reavaliados, de ajustamentos de dívidas a receber para além dos limites fiscais e de provisões não dedutíveis fiscalmente que resultariam na contabilização de ativos por impostos diferidos nos termos da NCRF 25.

12.1 Imposto corrente

Imposto corrente	**450 640,28**
Dif. temp. originárias exercício	81 745,71
Imposto sobre o rend. do exercício	532 385,99

12.2 Reconciliação da taxa efetiva de imposto

Atendendo às particularidades do ACP mencionadas no ponto 12, a apresentação da reconciliação da taxa efetiva de imposto não pode ser realizada.

12.3 Impostos Diferidos

As empresas do grupo ACP apresentam diferenças temporárias decorrentes da apresentação de prejuízos fiscais, amortização de ativos reavaliados, de ajustamentos de dívidas a receber para além dos limites fiscais e de provisões não dedutíveis fiscalmente que resultariam na contabilização de ativos por impostos diferidos nos termos da NCRF 25. Nos casos em que é previsível a sua reversão as empresas do grupo contabilizam os respetivos impostos diferidos.

Impostos Diferidos	**Saldo Inicial**	**Aumento**	**Reversões / Utilizações**	**Saldo Final**
Base das Dif. Temporárias – Provisões fisc. não ded.	216 765,97	0,00	159 732,64	57 033,33
Base das Dif. Temporárias - Provisões tributadas	0,00	174 643,66	0,00	174 643,66
Base das Dif. Temporárias – Perdas imparidade não dedutíveis	69 172,30	0,00	0,00	69 172,30
Base das Dif. Temporárias - Reporte prejuízos	463 735,12	0,00	306 110,63	157 624,49
Diferenças Temporárias totais	749 673,39	174 643,66	465 843,27	458 473,78
Imposto diferido (taxa IRC média 23,98%)	191 707,42	46 280,57	118 856,81	109 961,71

13. Inventários:

A rubrica Inventários é analisada como segue:

Descrição	2013	2012
Mercadorias	658 275,76	685 092,13
Matérias-primas	6 680,44	7 693,22
	664 956,20	**692 785,35**
Imparidades do período	(24 191,04)	1 603,66
Imparidades de períodos anteriores	(126 682,40)	(128 286,06)
	(150 873,44)	**(126 682,40)**
Total	**514 082,76**	**566 102,95**

Perdas por Imparidade	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Inventários				
- Mercadorias	93 012,40	24 191,04	0,00	117 203,44
- Produtos Acabados	0,00	0,00	0,00	0,00
- Matérias-Primas	33 670,00	0,00	0,00	33 670,00
	126 682,40	**24 191,04**	**0,00**	**150 873,44**

	Mercadorias		Matérias-Primas	
	2013	2012	2013	2012
Existências iniciais	685 092,13	720 677,68	7 693,22	33 289,67
Compras	732 197,18	616 799,29	19 847,51	26 141,06
Regularização de existências	(16 026,69)	(39 281,22)	(61,44)	(27 020,92)
Existências finais	658 275,76	685 092,13	6 680,44	7 693,22
Custo do exercício	**742 986,86**	**613 103,62**	**20 798,85**	**24 716,59**
Custo das mercadorias vendidas	706 134,53	563 659,69		
Ofertas a sócios (camp. Angariação)	36 852,33	49 443,93		

O custo do exercício compreende o custo das mercadorias vendidas, bem como os valores registados em fornecimentos e serviços externos relativos a consumíveis de escritório (matérias primas), os quais foram registados nas contas respetivas de material de escritório apesar da sua movimentação ser realizada a partir dos inventários.

14. Contas a receber:

14.1 Contas a receber e imparidades

As rubricas de clientes, associados e outros devedores são analisadas como segue:

Contas a Receber	2013	2012
Valor Bruto		
- Clientes	4 949592,22	3 064 340,55
- Associados	525 536,28	395 758,64
- Estado e outros entes públicos	235 955,06	252 687,92
- Outras Contas a Receber	510 567,43	591 178,83
Total	**6 224 200,99**	**4 303 965,94**
Imparidades totais		
- Clientes	767 319,55	818 560,98
- Associados	28 030,50	21 661,97
- Estado e outros entes públicos	23 787,56	52 361,50
- Outras Contas a Receber	24 017,00	24 017,00
Total	**843 154,61**	**916 601,45**
Valor Líquido		
- Clientes	4 182 272,67	2 245 779,57
- Associados	497 505,78	374 096,67
- Estado e outros entes públicos	212 167,50	200 326,42
- Outras Contas a Receber	486 550,43	567 161,83
Total	**5 378 496,38**	**3 387 364,49**

14.2 Imparidades

Os movimentos das perdas por imparidades são analisados como segue:

	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo Final
Contas a Receber					
- Clientes	818 560,98	56 609,26	(61 142,56)	(46 708,13)	767 319,55
- Associados	21 661,97	6 368,53	0,00	0,00	28 030,50
- Estado e outros entes públicos	52 361,50	23 787,56	0,00	(52 361,50)	23 787,56
- Outras Contas a Receber	24 017,00	0,00	0,00	0,00	24 017,00
	916 601,45	**86 765,35**	**(61 142,56)**	**(99 069,63)**	**843 154,61**

15. Adiantamento a fornecedores

A rubrica de adiantamentos a fornecedores é analisada como segue:

	2013	2012
Valor Bruto:		
Fornecedores c/c		
Gerais	40 718,72	88 165,33
Out. Dividas Terceiros	(9 017,00)	(9 017,00)
Valor liquido contabilístico	**31 701,72**	**79 148,33**

Os adiantamentos efetuados a fornecedores referem-se a pagamentos de sinalização para serviços futuros.

16. Estado e outros entes públicos

A rubrica Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

	2013		2012	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto sobre o rendimento	185 724,08	147 104,39	237 600,69	78 325,88
Retenções efectuados S/ IR	0,00	185 680,94	0,00	135 846,42
IVA	15 566,25	291 383,98	14 877,23	316 115,85
IUC	521,68	0,00	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	9 720,27	246 924,79	0,00	228 309,25
Outros impostos	635,22	9 363,29	120,00	5 900,00
Fundos de compensação trab.	0,00	7,03	0,00	0,00
Imparidades-PEC	0,00	0,00	(52 361,50)	0,00
	212 167,50	**880 464,42**	**200 236,42**	**764 497,40**

Não existem dívidas em mora ao Estado, designadamente de quaisquer impostos ou de contribuições para a Segurança Social.

17. Outras contas a receber

A rubrica de Outras contas a receber é analisada como segue:

	2013	2012
Devedores por acréscimos de rendimentos		
- Serviços de assistência prestados em 2013 (2012)	139 314,31	18 949,25
- Comissões de rappel de comp. Seguros	99 500,26	0,00
- Comissões 2013 (2012)	24 440,58	11 796,81
- Rendimentos associados a provas desportivas	22 250,00	368 630,00
- Proveitos financeiros	23 816,55	27 551,91
- Prestações de Serviços da Agência de Viagens	1 701,67	6 508,32
- Outros Rendimentos	5 405,45	37 608,16
	316 428,82	**471 044,45**
Outras contas a receber		
- Pessoal	53 660,27	36 553,74
- Outros	116 461,34	59 563,64
	170 121,61	**96 117,38**
Total	**486 550,43**	**567 161,83**

Os acréscimos de rendimentos correspondem à especialização de valores faturados em 2014, mas que dizem respeito a 2013, designadamente comissões ao abrigo de contratos com outras entidades, rappel a pagar por companhias de seguros e juros de depósitos a prazo. Em 2012 diziam essencialmente respeito a um subsídio atribuído a um evento desporto realizado em 2012, mas que apenas foi liquidado em 2013.

18. Diferimentos

Os diferimentos são detalhados da forma seguinte:

	2013	2012
Diferimentos (Ativo)		
- Gastos de licenciamento	127 879,02	107 539,29
- Gastos associados a provas desportivas	75 301,69	40 226,33
- Gastos plurienais	48 549,46	4 801,70
- Subcontratos da Agência de Viagens	37 174,12	59 149,80
- Rendas	29 523,91	33 315,33
- Comissões ARC	22 966,36	17 563,51
- Outros gastos diferidos	55 599,75	93 345,81
	396 994,31	**355 941,77**
Diferimentos (Passivo)		
- Quotas de sócios ordinários referentes ao ano seguinte	2 557 488,83	2 610 001,42
- Contratos de serviços de assistência (marcas)	424 585,47	438 839,64
- Provisão para prémios não adquiridos	178 280,18	178 735,42
- Prestações de Serviços da Agência de Viagens	49 490,33	124 348,95
- Outros rendimentos	11 248,95	755,95
	3 221 093,76	**3 352 681,38**

Os diferimentos resultam de rendimentos e gastos suportados em 2013 relativos a licenciamento de aplicações informáticas, provas desportivas a realizar em 2014 e de outras despesas suportadas antecipadamente, nomeadamente com obras realizadas em propriedade alheia, com subcontratos da agências de viagens, de viagens a realizar em 2014 e com rendas de imóveis.

Encontram-se igualmente registados como diferimentos as quantias das quotas emitidas em 2013, mas cuja validade é superior a 31 de Dezembro de 2013, bem como rendimentos de contratos de serviços de assistência a prestar em 2014 e à provisão para prémios não adquiridos da companhia de seguros incluída na consolidação.

19. Ativos financeiros detidos para negociação

Encontram-se mensurados ao justo valor as ações detidas do Millennium BCP, as quais se encontram cotadas em bolsa.

20. Fundos patrimoniais

20.1 Ajustamentos em ativos financeiros

Relacionados com o met. Eq. Patrimonial	**2013**	**2012**
Ajustamentos de transição	(27 607,23)	(27 607,23)
Lucros não atribuídos	1 065 583,63	1 796 823,74
Decorrentes outras variações cap. prop. part.	(528 080,14)	(508 379,89)
Total	**509 896,26**	**1 260 836,62**

Os ajustamentos em partes de capital em associadas do exercício foram descritos no quadro abaixo e decorrem da transferência de resultados por lucros não atribuídos e de ajustamentos de capital.

	Transf. Resultados	Lucros distribuídos	Ajust. Cap. Próp.	Total
Villas Boas ACP	468 759,89	(1 200 000,00)	(19 700,25)	(750 940,36)
	468 759,89	**(1 200 000,00)**	**(19 700,25)**	**(750 940,36)**

21. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:

21.1 Provisões:

A rubrica de Provisões é analisada como se segue:

	Saldo Inicial	Aumento	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Provisões:					
- Provisões para processos judiciais em curso	495 245,17	67 139,45	(15 000,00)	(427 115,17)	120 269,45
- Provisões para garantias a clientes	63 182,64	0,00	(17 189,64)	(18 349,34)	27 643,66
- Outras Provisões	0,00	147 500,00	0,00	0,00	147 500,00
	558 427,81	**214 639,45**	**(32 189,64)**	**(445 464,51)**	**295 413,11**

As utilizações e reversões das provisões para processos judiciais correspondem a um processo do foro laboral que findou em 2013. O aumento das provisões diz respeito a processos judiciais instaurados em 2013.

A reversão da provisão para processos judiciais diz respeito a um processo que transitou em julgado, no qual uma das Empresas do grupo foi absolvida, não tendo nada a pagar para além do valor da indemnização calculada no âmbito do processo de extinção de um posto de trabalho.

A variação na provisão para garantia a clientes corresponde ao recálculo das obrigações de um das empresas do grupo no âmbito de um contrato de extensão de garantia, a qual se encontrava a ser assegurada por uma entidade externa ao grupo que se encontra em dificuldades financeiras, bem como à utilização da mesma decorrente dos gastos suportados no ano.

A constituição de Outras Provisões diz respeito à perspetiva conservadora do grupo poder ter de recorrer a uma reestruturação de uma área de negócio no âmbito da redução significativa do respetivo volume de faturação.

A Gestão considera que as provisões constituídas para os processos judiciais em curso refletem o risco máximo de perdas potenciais associadas aos litígios existentes à data do Balanço.

21.2 Passivos contingentes

O ACP está envolvido como réu em processos judiciais do foro laboral os quais

envolvem o pedido de indemnizações por danos patrimoniais e não patrimoniais. O ACP efetua provisões na medida do que entende serem os riscos que decorrem destas ações e que cobre, na maioria dos casos, os direitos vencidos, na convicção de que não terá de suportar quaisquer indemnizações por danos patrimoniais e não patrimoniais.

22. Financiamentos obtidos

O empréstimo contraído para efeitos de remodelação das instalações do Prior Velho, propriedade do ACP, no valor inicial de 3.000.000 Euros está atualmente registado por 2.249.999,97 euros (devido às amortizações de capital ocorridas). Os juros relativos a este empréstimo registados em 2013 foram de 25.560,28 euros. Este empréstimo é o principal empréstimo do grupo, existindo ainda locações financeiras cujo valor em dívida no final do ano eram 78.311,57 euros, o que perfaz 2.328.311,54 euros.

O quadro seguinte resume o plano de amortizações contratado, no total dos financiamentos:

	Pagamentos < 1 Ano	Pagamentos entre 1 e 5 Anos	Pagamentos > 5 Ano	Total
Empréstimo de médio e longo prazo	266 550,61	965 607,11	1 096 153,82	2 328 311,54
	266 550,61	**965 607,11**	**1 096 153,82**	**2 328 311,54**

A taxa de juro aplicável ao contrato acima mencionado corresponde ao indexante Euribor 3 meses acrescida de um spread de 0,75%.

Os restantes passivos financeiros estão mensurados ao custo.

22.1 Ativos dados como garantia de passivos

Encontra-se hipotecado o edifício situado no Prior Velho, com uma quantia escriturada bruta de 6.356.734,77 euros, como garantia do empréstimo efetuado para remodelação do mesmo edifício.

23. Benefícios dos empregados

23.1 Benefícios pós emprego

Como referido na Nota 3 k), o ACP assumiu a responsabilidade pelo pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice, a qual é determinada com base em estudos atuariais.

O método utilizado no estudo atuarial foi o "Projected Unit Credit" e os pressupostos atuariais utilizados por referência a 31 de Dezembro de 2013, sumarizam-se como se segue:
- Tabela de Mortalidade: TV 88/90;
- Tabela de Invalidez: EKV 80;
- Taxa de Rendimento do Fundo: 5%;

– Taxa Técnica de Juro: 3%;
– Taxa de Crescimento Salarial: 2,5%;
– Taxa de Revalorização utilizada no cálculo da remuneração de referência da Segurança Social: 2%;
– Cálculo da Pensão da Segurança Social através do Decreto-Lei nº 35/2002.
O movimento na conta de Provisões foi o seguinte:

Saldo Inicial	908 981,45
Custo dos serviços correntes	6 115,16
Reforço de provisão	28 486,32
Anulação da provisão	-43 740,01
Utilização da provisão	-88 202,84
Saldo final	811 640,08

Em 31 de Dezembro de 2013 encontravam-se abrangidos por este plano 128 empregados no ativo.

A provisão em 31 de Dezembro de 2013 no montante de 811.640,08 euros assegura a cobertura da totalidade das responsabilidades por serviços passados reportadas a essa data.

24. Associados

O saldo desta rubrica é composto essencialmente por recebimentos em 2013 de quotas emitidas em 2014.

25. Outras contas a pagar

A rubrica de Outras contas a pagar é analisada como segue:

	2013	2012
Credores por acréscimos de gastos		
- Encargos com férias e subsídio de férias	1 850 884,45	1 713 083,28
- Contratos de serviços de assistência	148 751,34	224 077,08
- Comissões e gastos da área comercial de 2013	125 352,30	89 819,22
- Gastos associados a provas desportivas	120 492,26	178 390,48
- Outros acréscimos de gastos com pessoal	16 948,79	337 348,69
- Subcontratos da Agência de Viagens	6 373,66	16 211,52
- Outros gastos	191 036,62	17 005,16
	2 459 839,42	**2 575 935,43**
Outras contas a pagar		
- Empresas associadas	674 105,80	10 438,26
- Fornecedores de Investimentos	343 113,76	285 896,45
- Recebimentos por conta	70 677,77	63 538,96
- Processos Judiciais	21 939,00	43 760,49
- Entidades oficiais	6 254,40	29 730,48
- Outros	261 389,27	337 102,57
	1 377 480,00	**770 467,21**
Total	**3 837 319,42**	**3 346 402,64**

26. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

	2013	2012
Vendas	**1 036 512,27**	**842 458,90**
Prestações de serviços		
- Jóias e quotas dos sócios	14 113 046,15	14 560 899,10
- Comissões de mediação de seguros	2 378 901,01	0,00
- Contratos Tipo Pay Per Use	2 197 055,81	2 272 342,77
- Patrulhamento	1 700 806,41	1 769 895,18
- Receitas com patrocínios e publicidade	1 416 285,01	1 596 112,95
- Receitas de protocolos diversos	1 387 940,96	1 905 807,44
- Receitas com serviços de documentação	1 145 997,99	807 210,49
- Contratos Tipo Fee	997 628,28	1 078 015,15
- Receitas de inscrições em provas desportivas	931 089,40	862 315,17
- Centros de exames de condução	911 308,69	975 218,31
- Agência de Viagens	583 107,34	830 407,41
- Receitas com escolas de condução	516 862,84	509 480,16
- Prémios de Seguros	446 245,04	355 277,67
- Outros serviços prestados	289 846,17	1 172 830,14
	29 016 121,10	**28 695 811,94**
	30 052 633,37	**29 538 270,84**

27. Subsídios à exploração:

Os subsídios abaixo discriminados destinaram-se a apoiar a realização de provas desportivas e programas relacionados com a prevenção rodoviária, foram reconhecidos no exercício em que foram recebidos ou quando se verificaram as condições para o reconhecimento do rédito:

Descrição	2013	2012
Instituto Turismo Portugal	800 000,00	861 720,00
FIA - Federação Internacional do Automóvel	19 500,00	4 500,00
Aut. Nacional Seg. Rodoviária	5 826,00	11 883,26
Autarquias	1 000,00	20 000,00
Instituto Português do Desporto e Juventude	0,00	500 000,00
Outros	1 000,00	0,00
	827 326,00	**1 398 103,26**

28. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Descrição	2013	2012
Fornecimentos e Serviços Externos		
- Subcontratos	2 959 386,65	3 691 743,83
- Trabalhos Especializados	2 379 409,29	2 871 198,99
- Publicidade e Propaganda	1 726 748,61	1 377 574,81
- Rendas e Alugueres	1 572 017,23	1 209 115,78
- Conservação e Reparação	1 064 361,37	870 501,59
- Comunicação	1 015 088,30	1 062 865,58
- Deslocações e Estadas	971 537,68	824 587,73
- Combustiveis	694 304,94	728 909,82
- Vigilância e Segurança	635 479,11	896 352,48
- Honorários	423 316,24	391 205,24
- Eletricidade	233 123,62	236 220,32
- Serviços de limpeza	187 976,71	223 773,40
- Seguros	173 115,99	179 136,56
- Custos com Sinistros	152 155,40	234 702,49
- Outros	1 058 880,16	1 046 797,62
	15 246 901,30	**15 844 686,24**

A principal redução verificou-se na subcontratação de serviços de assistência em viagem, resultantes da diminuição de serviços prestados por terceiros, em detrimento da utilização de meios internos.

29. Gastos com o Pessoal

Descrição	2013	2012
Gastos com o Pessoal		
Remunerações	10 209 563,49	9 983 651,41
Encargos	2 117 504,99	2 052 527,80
Benefícios pós-emprego	5 388,91	94 924,14
Indemnizações	381 439,27	74 948,08
Outros	437 361,65	280 568,28
	13 151 258,31	**12 486 619,71**

Durante o exercício de 2013 o Grupo ACP teve ao seu serviço, em média, 452 pessoas (29 pessoas do ACP Seguros, entidade que não integrava o perímetro de consolidação pelo método integral em 2012). Em 2012 tinha ao seu serviço 455 pessoas.

O Grupo ACP possui benefícios pós emprego atribuídos a colaboradores, os quais se encontram detalhados na nota 23.

30. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos é analisada como segue:

Descrição	2013	2012
Outros Rendimentos e Ganhos		
Correções de Exercícios Anteriores	287 407,81	211 953,61
Rendimentos suplementares	132 115,35	69 219,25
Anulação provisões - benef. empreg.	43 013,76	39 343,13
Rend. e ganhos em invest. não financ.	24 195,15	34 208,94
Rappel	17 828,54	14 145,46
Ganhos em inventários	18 163,50	7 353,21
Outros	80 631,25	58 688,40
	603 355,36	**434 912,00**

As principais correções de exercícios anteriores foram a anulação de acréscimos de gastos relativos à atividade de assistência em viagem e à área do automobilismo. Os principais rendimentos suplementares referem-se a créditos efetuados por fornecedores relativos a faturação emitida em 2012.

31. Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros Gastos e Perdas é analisada como segue:

	2013	2012
Outros Gastos e Perdas		
Gastos da área desportiva	379 404,84	318 254,22
Serviços bancários	152 744,05	295 628,52
Impostos	96 843,40	71 406,54
Correcções Relativas a Exerc. Anteriores	61 018,95	95 651,60
Donativos	59 082,00	123 000,00
Quotizações	57 923,48	71 370,80
Perdas em inventários	37 681,52	63 609,98
Ofertas a amostras de inventários	36 852,33	49 443,93
Perdas anulação resp. bem. pós empr.	28 486,32	55 288,00
Insuficiência est.imposto	21 551,26	7 312,91
Reparações viaturas terceiros	18 567,83	16 047,70
Dívidas incobráveis	2 385,34	252,49
Multas e Penalidades	2 121,21	12 432,91
Anulação pag. esp. conta - irrecuperável	1 545,21	8 320,26
Gastos e perdas em invest. não financ.	0,00	10 053,74
Outros	19 157,89	75 955,67
	975 365,63	**1 274 029,27**

A redução mais relevante observada está relacionada com a diminuição dos valores pagos pelos serviços bancários associados aos recebimentos do grupo.

Os gastos da área desportiva correspondem às licenças desportivas, nacionais e internacionais.

32 Locações operacionais

O total dos futuros pagamentos mínimos não canceláveis apresenta-se como segue:

Pagamentos Mínimos Futuros	Pagamentos < 1 Ano	Pagamentos entre 1 e 5 Anos	Pagamentos > 5 Ano	Total
Locações Operacionais Viaturas	216 011,63	98 507,58	0,00	314 519,21
	216 011,63	**98 507,58**	**0,00**	**314 519,21**

33 Garantias Bancárias

Foram solicitadas garantias bancárias a favor de terceiros:

Millennium BCP - Crédito de reservas de transportes áereos	88 000,00
BPI - aluguer de instalações	144 398,97
BPI - pensão de acidente de trabalho	15 727,08
Santander Totta - crédito de fiança e importações	4 239,78
	252 365,83

34 Divulgações exigidas por diplomas legais (honorários ROC, CSC 508ºF)

Embora o ACP não se encontra constituído sob a forma de sociedade, nos termos do artigo 508ºF do Código das Sociedades Comerciais informa-se o seguinte:

- Não existem operações relevantes que não estejam incluídas no Balanço ou descritas no seu anexo;
- O total de honorários faturados pelas diversas Sociedades de Revisores Oficiais de Contas do Grupo foi de 68 388 Euros, dos quais 48 988 Euros correspondem à Auditoria anual das contas e 19 400 Euros a serviços de consultoria fiscal.

CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do Automóvel Club de Portugal, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 34.698.207 euros e um total de capital próprio de 17.139.492 euros, incluindo um resultado líquido de 180.994 euros), a Demonstração consolidada do resultado por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

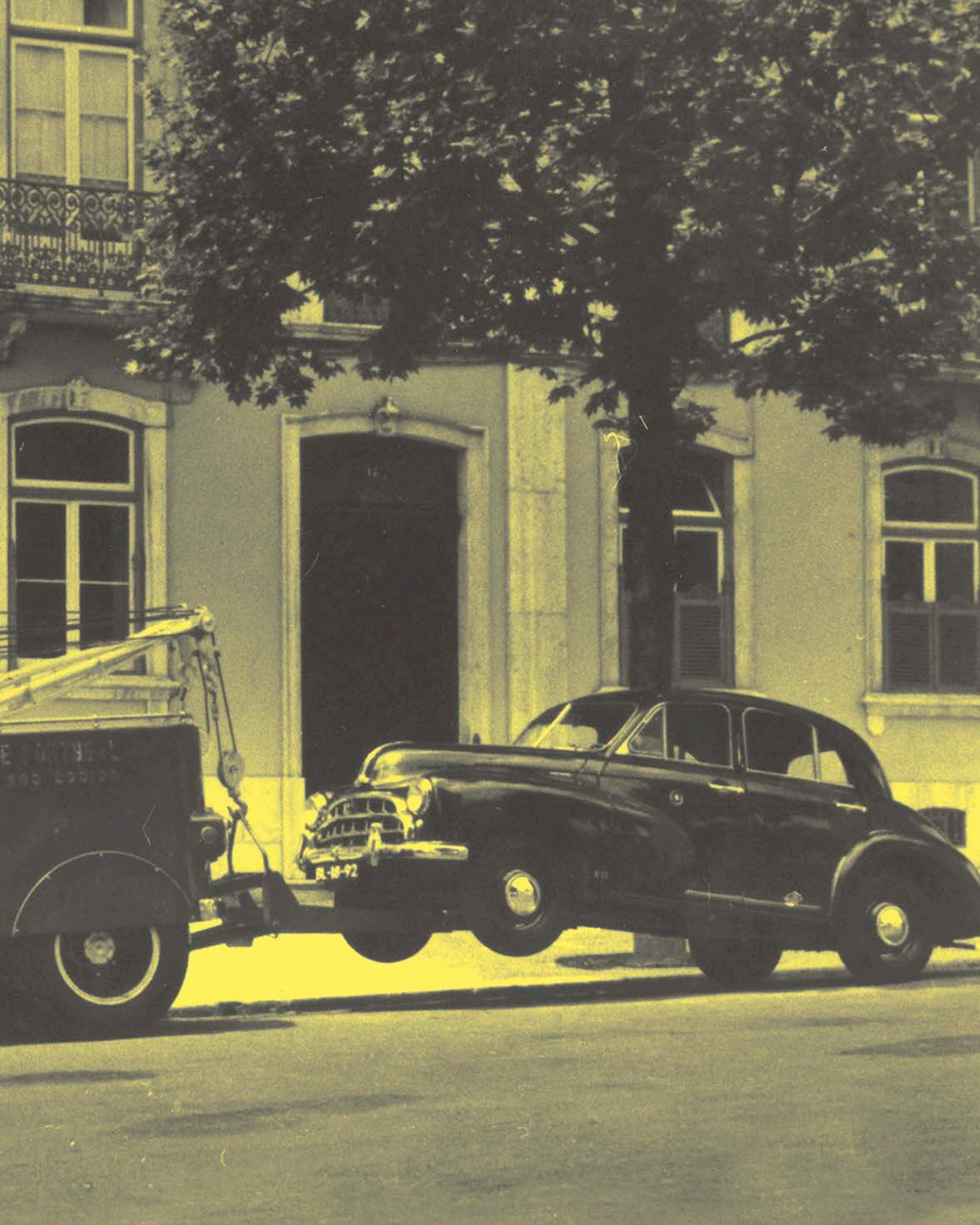
Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Automóvel Club de Portugal em 31 de Dezembro de 2013, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as Entidades do Sector Não Lucrativo.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do período.

Lisboa, 27 de Março de 2014

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
João Albino Cordeiro Augusto (ROC nº 632)

AUTOMOVEL CLUB D
SERVICO EXCLUSIVO
CARRO Nº38